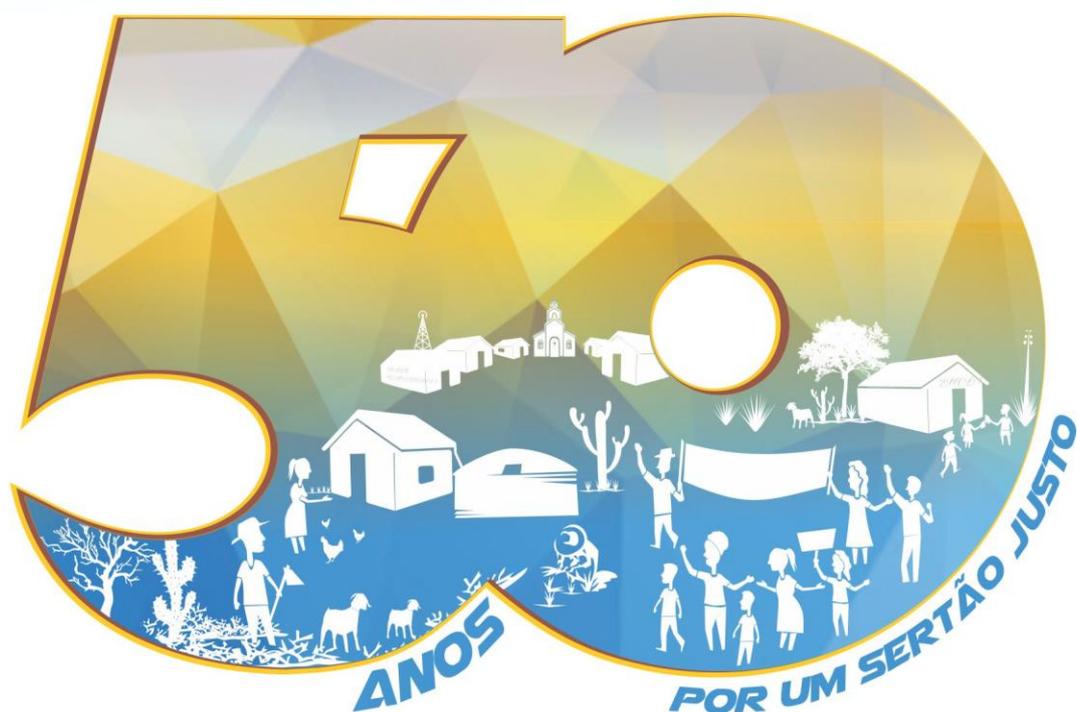


MOC



RELATÓRIO ANUAL MOC 2017

APRESENTAÇÃO

Trazemos a lume, nesta publicação, o Relatório Anual de nossas atividades, durante o ano de 2016.

São ações de transformação da realidade rumo a um mundo mais igual e justo. Ações que foram possíveis realizar, no mundo adverso e difícil em que vivemos.

Dentro de nosso planejamento, são ações de gênero, ações de assistência técnica agroecológica, de captação de água para consumo humano e produção no semiárido, de educação contextualizada em benefício de milhares de crianças que passam a ter uma educação mais adequada às suas vidas, ações de apoio a empreendimentos populares e de economia solidária, assim como ações de comunicação numa perspectiva de libertação.

Este conjunto aqui relatado, certamente, não perfaz a transformação que queremos e que o mundo e nossa realidade necessitam. Mas não sementes neste caminho.

Agradecemos a todos, entidades e pessoas, que acreditaram em nossos sonhos, sonharam conosco e nos apoiaram nesta caminhada.

Este relatório, ao mesmo tempo, quer ser um espaço de aprendizagem. Deste modo, ao bem-vindas as avaliações e críticas.

Boa Leitura.

Celia Firmo

Coordenadora Geral do MOC.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO CONTEXTUALIZADA

(PECONTE) – MOC

A Educação do Campo Contextualizada na Caminhada de 50 anos do MOC na luta por um Sertão Justo



Equipe MOC na celebração 50 anos

1. INTRODUÇÃO

O Programa de Educação do Campo Contextualizada (PECONTE), eixo programático do Movimento de Organização Comunitária (MOC), tem como objetivo estratégico: **Crianças e adolescentes dos municípios de atuação do Programa tendo acesso aos direitos à educação contextualizada na perspectiva da Convivência com o Semiárido, alimentação saudável, esporte, cultura e lazer, expressando suas potencialidades criativas e contribuindo para desenvolvimento sustentável.** Em 2017 realizamos as ações buscando contribuir no alcance deste objetivo.

O programa tem como público finalista crianças e adolescentes, especialmente estudantes de escolas do campo. Para as ações e os direitos chegarem a este público, o PECONTE desenvolve uma série atividades com diversos públicos: Professoras e Professores, Coordenadoras/es da Educação do Campo, gestores municipais de educação, representações da Sociedade Civil organizada, movimentos sociais e parceiros externos como financiadores, municípios e demais organizações como a Universidade Estadual de Feira de Santana- UEFS. Desenvolve também ações diretas com crianças e adolescentes. Toda ação do programa tem como referência o desenvolvimento das metodologias elaboradas pelo MOC há mais de 20 (vinte) anos, o CAT – Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do campo e o Projeto Baú de Leitura, desenvolvidos em 20 (vinte) municípios do Semiárido baiano nos Territórios de Identidade do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão.

Foi um ano atípico e cheio de lutas e mobilizações em favor da democracia e dos direitos sociais, em especial os direitos dos povos do campo do Semiárido, sobretudo por conta da atual conjuntura política do novo Governo que assumiu pós-disposição da Presidenta Dilma, Governo que optou por cortes violentos no que se refere às políticas sociais.

Mas, para o MOC foi, especialmente, um ano de celebrações com luta, pois a instituição, que é uma das mais antigas do país completou meio século de existência e resistência na luta “Por um Sertão Justo”. Comemorar estes 50 anos implicou numa programação específica e especial a ser celebrada junto povo, motivo de sua existência. E para denunciar os desmontes dos direitos sociais e ao

mesmo tempo comemorar o seu jubileu, o MOC realizou diversas “Caravanas MOC: 50 anos Por um Sertão Justo” nos municípios de atuação, realizando oficinas, OUVINDO depoimentos de pessoas de diversas décadas, socializando histórias e o MOC recebeu homenagens nas Câmaras Municipais e menções honrosas na Assembleia Legislativa da Bahia.

Neste contexto de celebrações, o PECONTE seguiu centrado em seu Planejamento Estratégico, avaliando, monitorando e planejando as ações conformes seus objetivos e vislumbrando seus resultados. Assim, deu-se segmento ao trabalho pautado na cidadania, no empoderamento, protagonismo e participação popular de todos os sujeitos homens e mulheres, meninas e meninos que vivem no campo, tendo como bandeira de luta o fortalecimento da Educação do Campo Contextualizada.

Para alcançar o objetivo geral, definiu-se **em cinco** eixos e objetivos específicos destacados a seguir:

- a) Formação, Mobilização e Articulação com as gestões municipais (secretárias/es e diretoras/es de escolas):

Objetivo Específico:

- Contribuir na formação e mobilização de Gestores/as Municipais para apropriação dos passos metodológicos para aprovação, implementação e regulamentação da lei municipal e políticas públicas de educação do campo, disponibilizando no orçamento e com currículos contextualizados na perspectiva da convivência com o Semiárido;

- b) Formação e mobilização continuada com Coordenações Municipais, Professoras/es e Sociedade Civil:

Objetivo Específico:

- Contribuir e ampliar a formação e mobilização com Coordenadores/as, Professores/as e sociedade civil para planejamento, monitoramento e avaliação das ações de Educação do Campo na perspectiva da convivência com o Semiárido, não sexista e não discriminatória e participação em espaços de controle social e incidência política de educação e direitos das crianças e adolescentes;

- c) Direitos de Criança e Adolescente à Educação Contextualizada para convivência com o Semiárido (esportes, cultura, lazer, alimentação, Educomunicação e convivência familiar e comunitária):

Objetivo Específico:

- Contribuir na melhoria da aprendizagem e direitos de Crianças e adolescentes, através de processos de Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido, construindo conhecimentos e expressando suas potencialidades;

- d) Estudos, Pesquisas, Sistematização e Produção de Materiais pedagógicos Contextualizados para Convivência com o Semiárido:

Objetivo Específico:

- Pesquisar e Produzir materiais pedagógicos com gestores/as, Professoras, Crianças e Adolescentes numa dimensão de convivência com o Semiárido, não sexista e não discriminatória em interface com outros programas;

- e) Incidência Política nos espaços estratégicos de proposição, elaboração e controle social das políticas públicas de Educação do Campo Contextualizada para Convivência com o Semiárido e de Criança e Adolescente:

Objetivo Específico:

- Participar e incidir politicamente em espaços estratégicos de proposição, construção e controle social de políticas públicas de Educação Contextualizada e de Criança e Adolescente;

Elencamos aqui as principais ações desenvolvidas no ano de 2017, bem como os seus resultados e também seus desdobramentos em cada objetivo. Além disso, adicionamos os destaques da exitosa Caravana MOC: 50 anos por um sertão justo e toda sua agenda comemorativa. As principais

atividades estão organizadas abaixo a partir dos eixos específicos já explicitados e que serão retomados.

2. PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS CONFORME OS EIXOS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Todas as atividades realizadas pelo Programa seguem a proposta filosófica e metodologia construída pelo MOC, UEFS e Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA), há mais de 20 (vinte) anos, consolidada no Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do campo (CAT), e posteriormente a metodologia do Baú de Leitura, também criada pelo MOC a partir de estudos e da parceria com a UNICEF. Essas referências são balizadas pela filosofia da ação- reflexão- ação, embasada na pedagogia de educação de Paulo Freire, que também fundamenta a atual perspectiva libertadora da pedagogia histórico- crítica.

Os 20 (vinte) municípios que desenvolvem a metodologia através de convênio entre MOC/UEFS e Prefeituras Municipais, já tiveram a comprovação científica através de pesquisas e estudos de diversas universidades estaduais e federais (e em 2017 consolidou-se também a pesquisa internacional através da UFBA) de que tais metodologias, conduzidas pelo PECONTE promovem a contribuição para o desenvolvimento das crianças e adolescentes envolvidos nos processos de educação contextualizada, bem como mudanças nas comunidades, a partir da ação da escola.

Com isso, os sujeitos sociais (professores/as, coordenadores/as, crianças e adolescentes) têm acesso à educação em seu sentido completo, dialogando as habilidades e as sensibilidades, potencializando a criatividade, a produção artística, o rompimento com estereótipos e a valorização da identidade das pessoas do campo, educação para a diversidade e a inclusão, relações sociais de gênero, raça e etnia, relação e o cuidado com o meio ambiente, o exercício da cidadania, protagonismo e participação política que oportunizam uma aprendizagem significativa e em sentido holístico.

Descrevemos a seguir as atividades propriamente ditas dentro de cada eixo e objetivo.

- a) Formação, Mobilização e Articulação com as gestões municipais (secretárias/os e diretoras/es de escolas).

Objetivo Específico:

- Contribuir na formação e mobilização de Gestores/as Municipais para apropriação dos passos metodológicos para aprovação, implementação e regulamentação da lei municipal e políticas públicas de educação do campo, disponibilizando no orçamento e com currículos contextualizados na perspectiva da convivência com o Semiárido;

Para se chegar aos objetivos específicos esperados para esse eixo, a equipe do PECONTE realizou visitas de acompanhamento a todos os municípios envolvidos, realizando oficinas e diálogos com as gestões municipais (prefeitos/as e secretários/as de educação) para o fortalecimento da educação e da parceria. Também foram realizados Seminários para planejar e avaliar as ações desenvolvidas, buscando o fortalecimento das ações em Educação do Campo, a aumentar os investimentos e organizar os seus orçamentos dentro do ciclo como Plano Plurianual (PPA).

Em 2017 foi possível manter e consolidar as políticas públicas municipais e garantir a permanência dos processos. Vale ressaltar que a maioria dos municípios mudou de gestões municipais, e o MOC teve que mobilizar as novas gestões. Por conta de já ter garantido a Educação do Campo Contextualizada em Leis Municipais, o diálogo foi muito mais tranquilo e as equipes pedagógicas foram formadas logo no início do ano. Dessa forma, dos 20 (vinte) municípios de atuação do PECONTE atualmente 15 (quinze) municípios estão com Leis Municipais aprovadas, dividindo-se em 04 (quatro) na Bacia do Jacuípe e 11 (onze) no Sisal. Faltam ainda 05 (cinco) municípios e as mobilizações para a aprovação continuam.

Nesse ano, continuou-se com a estratégia de qualificação das Leis Municipais e elaboração dos orçamentos públicos específicos nos municípios, através da assessoria e capacitação de gestores municipais, tendo mais ênfase em 06 (seis) municípios específicos (Barrocas, Conceição do Coité, Itiúba, Monte Santo, Riachão do Jacuípe e Serrinha), nos quais houve formações, reuniões e oficinas que também se multiplicaram entre o público dos outros municípios. Este trabalho com capacitação em orçamento e captação de recursos públicos para a educação do campo.

No intento de contribuir com o debate sobre a implementação de políticas públicas de educação contextualizada e convivência com o Semiárido MOC junto aos parceiros (UEFS e Universidade Federal de Campina Grande- UFCG) realizou o Seminário de lançamento com Gestores e Coordenadores/as sobre Políticas Públicas de Educação do Campo e lançamento do livro: "Sementes de Educação Contextualizada" organizado pela Professora Maria do Socorro Silva, que apresenta uma visão científica dos resultados positivos e sugestões de melhorias do itinerário do Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do campo.

Lançamento do Livro Sementes de Educação Contextualizada
Apresentação dos resultados da Pesquisa feita por UFBA¹ e UFCG²

- b) Formação e mobilização continuada com Coordenações Municipais, Professoras/es e Sociedade Civil.

Objetivo Específico:

- Contribuir e ampliar a formação e mobilização com Coordenadores/as, Professores/as e sociedade civil para planejamento, monitoramento e avaliação das ações de Educação do Campo na perspectiva da convivência com o Semiárido, não sexista e não discriminatória e participação em espaços de controle social e incidência política de educação e direitos das crianças e adolescentes;

Para atingir este objetivo foram realizadas 04 formações processuais para avaliação, monitoramento e planejamento das ações em educação do campo contextualizada, com representação dos 20 municípios.

Cada encontro teve uma especificidade. No primeiro deles, dada a presença de gente nova neles, houve necessidade de contextualizar e explanar a concepção e metodologia de Educação do Campo Contextualizada para o Semiárido. Nestes momentos foi também realizado um histórico da educação no Brasil desde os primeiros períodos e processos, da Escola Nova à Pedagogia Histórico-crítica, até chegar à Ficha Pedagógica, que é o instrumento que materializa o CAT, por ser o planejamento do trabalho. Após apresentar as principais características da Ficha, os/as participantes foram divididos em cinco grupos de trabalho para realizar um exercício prático de elaboração do passo a passo da Ficha Pedagógica que em 2017 teve a seguinte centralidade: **Educação Contextualizada: semeando e cultivando qualidade de vida, a partir do chão do Semiárido.** A partir desta temática/problemática foram desenvolvidas pesquisas e análises da realidade nos municípios, buscando transformar.

No último encontro do ano se avaliou o que foi transformado a partir desta problemática, bem como se selecionou um novo tema a ser desenvolvido em 2018: **Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido: ações e parcerias para o exercício da cidadania na defesa dos direitos da população do campo.**

¹ Universidade Federal da Bahia (UFBA)

² Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)



Grupo de Coordenadores/as e professores/as em encontros de formação continuada em educação contextualizada

As principais temáticas e dimensões estudadas nos encontros formativos foram: Agroecologia, Geografia do Semiárido, Concepções Políticas e libertárias sobre educação, fortalecimento de identidade e valorização pessoal, leitura e escrita, alimentação saudável e interdisciplinaridade, transversalizando com relações sociais de gênero. Alfabetização, letramento e leitura lúdica e contextualizada através do Baú de Leitura e outros como recursos hídricos e incidência em políticas públicas.

Nos encontros além de monitorar e avaliar constantemente o andamento das ações de educação do campo contextualizada houve o momento para planejar agendas formativas, oficinas e outras atividades demandadas pelo público envolvido. No encontro final houve intercâmbio entre os municípios através do Carrossel de Experiências com destaque: o que conhecemos, o que analisamos e o que transformamos. Como principais resultados do CAT – expostos nas devoluções, o que foi transformando utilizando a metodologia CAT, as coordenações destacaram:

- Resgate da cultura local;
- Incentivo e participação das Escolas nas Feiras de Agricultura Familiar nos municípios;
- Intercambio Cultural;
- Emissão de Carteiras de Identidades para quem não tinha (CINE Bahia comunidade);
- Aproveitamento do lixo orgânico em algumas escolas;
- Plantio de árvores nas escolas;
- Construção de hortas nas escolas e mudanças na alimentação escolar e familiar;
- Construção de cisternas nas escolas e formação da comunidade escolar;
- Aumento da prática de exercício físico pelas famílias – a partir de temáticas de saúde.

Em relação ao Baú de Leitura, a partir das formações, os municípios realizaram atividades amplas envolvendo a comunidade, tais como “Leitura na Praça”, envolvendo centenas de pessoas a partir da leitura e contação de histórias contextualizadas; Kombiteca – no município de Valente uma Kombi com Baú de leitura e vários acervos que percorre as escolas, incentivo á leitura com as famílias, entre outras ações.



Kombiteca – um carro (Kombi) com livros do Baú de Leitura
Município de Valente

- c) Direitos de Criança e Adolescente à Educação Contextualizada para convivência com o Semiárido (esportes, cultura, lazer, alimentação, Educomunicação e convivência familiar e comunitária)

Objetivo Específico:

- Contribuir na melhoria da aprendizagem e direitos de Crianças e adolescentes, através de processos de Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido, construindo conhecimentos e expressando suas potencialidades.



Crianças nas comunidades realizando devoluções do
CAT e Baú de Leitura

Durante o ano de 2017 foram realizadas diversas atividades formativas com educadores e educadoras. Estes, por sua vez, multiplicaram com os alunos e alunas em sala de aula.

O MOC também realizou um projeto específico de defesa e promoção dos Direitos da Criança e Adolescente, com apoio da UNESCO, onde realizou diretamente ações de esportes cooperativos e leitura lúdica em comunidades rurais de três municípios: Conceição do Coité, Retirolândia e Santa Luz. Além desse trabalho pela via da multiplicação, a equipe do MOC também realizou ações diretas com as crianças, através das atividades citadas abaixo:

- Construção de livrinho de História da Comunidade (com escola do campo em Feira de Santana);

- Dias lúdicos com contações de histórias e leitura contextualizada nas comunidades de Matinha e Ipuçu em Feira de Santana;
- Oficinas de construção e hortas nas escolas do campo: foram construídas 16 hortas escolares com a participação total de 290 crianças no processo de formação, construção e manutenção das mesmas;
- Realização de 06 dias lúdicos com crianças sobre alimentação saudável, com a participação total de 300 crianças;
- Intercâmbio e troca de saberes com crianças e adolescentes junto com a Caravana MOC 50 anos com participação e 120 crianças que realizaram atividades lúdicas e também fizeram avaliação contextualizada sobre aprendizado.
- Construção de 45 cisternas de 52.000 litros nas escolas do campo garantindo água de qualidade e caráter estruturais às crianças de 45 escolas do campo;
- Realização de 138 devoluções da Ficha Pedagógica nos 20 municípios nas quais participaram 4.800 famílias, que juntamente com a escola discutiram os problemas in loco e se organizaram de forma comunitária para transformar suas realidades.



Oficina lúdica com crianças – alimentação saudável

Foi também aplicado um instrumento de avaliação contextualizada no intercâmbio e nas escolas do campo de municípios que aplicam e não aplicam o CAT/Baú, onde se constatou que crianças do CAT tem uma melhor compreensão da realidade e dos elementos do Semiárido, 45% superior às crianças que não estão envolvidas com uma educação contextualizada como o CAT/Baú. Outros resultados observados foi que as crianças CAT/Baú de Leitura tem um desenvolvimento de oralidade, de escrita e leitura melhor, integração em trabalhos de grupos, socialização e desinibição.

- d) Estudos, Pesquisas, Sistematização e Produção de Materiais pedagógicos Contextualizados para Convivência com o Semiárido.

Objetivo Específico:

- Pesquisar e Produzir materiais pedagógicos com gestores/as, Professoras, Crianças e Adolescentes numa dimensão de convivência com o Semiárido, não sexista e não discriminatória em interface com outros programas.

Além do livro **Sementes de Educação Contextualizada: resultados e caminhos encontrados na pesquisa do Projeto CAT MOC/UEFS/UFCG**, também foi elaborada e pré-lançada a cartilha **CAT- Conhecer, Analisar e Transformar: uma oportunidade para as escolas municipais do Semiárido**. Este material foi elaborado por pesquisadores da Universidade Federal da Bahia-

UFBA, coordenada pelos professores José Albertino Carvalho Lordelo e Gervásio Ferreira dos Santos.

Através de pesquisas, estudos e produção coletiva o MOC produziu a Cartilha: **Conhecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente**. Esta cartilha contribuiu nas formações com a rede de direitos de criança e adolescente de três municípios: Conceição do Coité, Retiroândia e Santa Luz, e também vem servindo para formação de educadores.

- e) Incidência Política nos espaços estratégicos de proposição, elaboração e controle social das políticas públicas de Educação do Campo Contextualizada para Convivência com o Semiárido e de Criança e Adolescente.

Objetivo Específico:

- Participar e incidir politicamente em espaços estratégicos de proposição, construção e controle social de políticas públicas de Educação Contextualizada e de Criança e Adolescente.

O MOC participou de diversos espaços de incidência política em 2017. Nestes espaços se apresentou a experiência do MOC e nossas propostas. O MOC apresentou sua experiência no Seminário Nacional de Educação Contextualizada. O MOC, igualmente participou do Seminário do Fórum Nacional de Educação do Campo, realizado pela articulação nacional. Além de eventos específicos, o MOC também participa de espaços de proposição política tanto na área de Educação quanto na dimensão dos direitos de criança e adolescente. Nesse ano participamos de ações com as seguintes instituições:

- **CECA** – Conselho Estadual de Direitos da Criança e Adolescente – o MOC participa como conselheiro, com ações propositivas no sentido de contribuir na construção da política estadual de defesa e proteção dos direitos de criança e adolescente.
- **FEEBA** – Fórum Estadual de Educação da Bahia – um espaço de articulação sociedade civil e poder público para avaliar, monitorar e planejar a política estadual de educação juntamente com a secretaria estadual de educação da Bahia. O MOC tem uma atuação propositiva.
- **FEEC** – Fórum Estadual de Educação do Campo – outro espaço de articulação da sociedade civil, específico da Educação do Campo e com participação de algumas universidades. O FEEC tem um papel importante na construção de propostas de Educação do Campo tanto em âmbito estadual, quanto nacional. Durante o ano de 2017 o FEEC se reuniu em vários momentos para monitorar e debater a situação da educação do campo no estado da Bahia. O Fórum realizou o Encontro Anual, como também participou das reuniões da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro e protagonizou a campanha pela ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar e em defesa das escolas do campo contra o massivo fechamento de escolas que se intensificou no ano de 2017.
- **RESAB** – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro – o MOC faz parte da Coordenação Executiva da RESAB, que busca contribuir na construção de políticas públicas para a Educação do Contextualizada no Brasil. Esse ano, o MOC sediou em Feira de Santana, a Assembleia Anual da RESAB a qual fomos reconduzidos para Executiva.
- **CODES**- Em 2017 o grupo de trabalho de Educação do CODES se reuniu com o intuito de monitorar o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Sisal (PTDSS) a fim de mobilizar as ações para cumprimentos das metas estabelecidas, bem como foi espaço de debates em torno das escolas do campo no território.
- **Rede de Educação do Campo do Sisal**- A Rede foi criada pelas entidades parceiras que compõem o CODES e é formada apenas pela sociedade civil organizada. Sua primeira grande mobilização foi realizar uma reunião com o Secretário de Educação do estado da Bahia, Walter Pinheiro, para denunciar o fechamento de escolas do campo e também a situação das Escolas Famílias Agrícolas, que quase fecharam as portas por falta de recursos. Dessa reunião muitas coisas foram encaminhadas e o MOC também participou da mesa de negociações. A rede também contribuiu nas reuniões de discussão para implementação do Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial (CAEC- DT) no território do Sisal, mais precisamente no município de Conceição do Coité e

que trará oportunidade de cursos de graduação e pós- graduação em ciências agrárias, agroecologia e educação do campo, sendo construído com e pelas demandas dos movimentos sociais do campo.

O PECONTE NA CARAVANA MOC- 50 ANOS

A “Caravana MOC 50 anos Por um Sertão Justo”, foi um marco histórico para o MOC. O Programa realizou 10 (dez) oficinas, envolvendo os municípios de Araci, Feira de Santana, Ichú, Conceição do Coite, Nova Fátima, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Serrinha e Valente, com uma média de público de 350 pessoas entre educadores/as do campo, gestores escolares e municipais.

Em cada Caravana houve momentos de culminância das atividades e também um momento específico para que pessoas que historicamente fizeram parte do MOC nos municípios contassem seus depoimentos. Abaixo seguem alguns depoimentos do público do PECONTE durante os processos da Caravana.

No final do ano, mais precisamente no mês de outubro, houve a atividade final de culminância e celebração dos 50 anos, que aconteceu durante dois dias no Auditório Central da UEFS e contou com a participação de todos os públicos dos Programas do MOC. Na oportunidade Frei Betto foi convidado de honra e fez uma palestra sobre a Construção da Esperança em tempos sombrios. A seguir depoimento de uma educadora que faz parte do público do Programa de Educação do MOC.

“PRÓ, HOJE QUERO TE ENSINAR UMA COISA”: A importância da Educação contextualizada para a formação de estudantes empoderadas/os”

Na celebração dos 50 anos do MOC, registro o que aprendi e vivenciei nessa caminhada. Esse memorial tem por objetivo relatar fragmentos de minha história de vida pessoal e profissional e sua relação com a Educação do Campo. Para tanto, escolhi começar “do meu lugar”, falar da minha identidade como professora que, apesar dos sabores da educação, ainda acredito que o professor é, e sempre será, incentivador de transformação social. Para tanto, a formação continuada tem papel importante para os novos desafios impostos aos professores.

Sempre nutri o sonho de ser professora. Desde criança minha brincadeira favorita era escolinha. Com o intuito de concretizar esse sonho, ingressei no curso de magistério e logo percebi que a realidade de sala de aula era desafiadora. Em 2006 ingressei na Universidade Estadual da Bahia (UNEB) no curso de Licenciatura em História. Mais uma vez escolhi o magistério como profissão. Quero aqui pontuar que não defendo a ideia de magistério como “vocação, missão”. Magistério é profissão! Como tal, a formação continuada é fundamental para garantir profissionais com identidades definidas, que além de desenvolver as habilidades de ensino, desenvolvam a reflexão, autonomia, direitos.

*Passei a ocupar o cargo de professora municipal em 2011 através de concurso público. Fui lotada em uma comunidade rural, Pinda, onde me deparei com uma realidade até então desconhecida: uma classe multisseriada. Crianças de várias séries dividindo o mesmo espaço escolar e a mesma professora, era complexo demais, a academia não tinha me preparado para isso. Também nesse momento, entrei em contato com uma nova metodologia de ensino: o CAT – Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do campo. Essa metodologia tem como proposta trabalhar a realidade dos alunos sem negar os conhecimentos historicamente produzidos. Aqui pontuo a importância do MOC na minha formação pessoal e profissional. Apesar de possuir duas graduações, três pós-graduações, foi o MOC quem me ensinou a materializar a metodologia de Paulo Freire, a universidade nos ensina a **“ter” alunos, o MOC a cuidar de gente.***

Assim, passei a desenvolver a metodologia com prazer porque logo constatei quão importante era para aquelas crianças “partir” dos conhecimentos que a comunidade já possuía. Ficava maravilhada quando um aluno abraçava-me e dizia: “Pró, hoje quero te ensinar uma coisa”. Ele sabia que era produtor de conhecimento! Cada dia me apropriava da metodologia e tinha certeza que aquela era

a ferramenta imprescindível para o desenvolvimento integral do aluno, escola e comunidade e para a inclusão do homem e da mulher do campo.

Quando passei a ocupar o cargo de coordenadora pedagógica do meu município conheci várias realidades das escolas do campo. Tínhamos escolas que não aceitavam trabalhar com a metodologia do CAT por associar o campo à atraso, sem cultura e também porque não foram sensibilizados, formados. No entanto, algumas comunidades se destacavam pela desenvoltura dos alunos, empoderamento da comunidade e práticas positivas de convivência com o meio ambiente. A partir de então, defendo a educação do campo como uma bandeira de luta, uma filosofia de vida. Parabéns ao MOC pelos 50 anos. Uma honra fazer parte desta história, uma honra ser MOC. (Fabiane Pinto – Educadora e Coordenadora do CAT de Conceição do Coité)

3. – ALGUMAS CONCLUSÕES POSSÍVEIS

Apesar de 2017 ser um ano em que enfrentamos desafios, conseguimos dar passos no sentido de alcançar os objetivos do Programa de Educação, buscando especialmente contribuir na garantia de direitos de crianças e adolescentes, especialmente de Educação Contextualizada.

Contudo, não tem sido fácil. O fechamento de escolas do campo tem nos desafiado a mobilizar sociedade civil nos municípios para reverter a situação e convencer gestores públicos que o fechamento de uma escola é fechamento de direitos, e, portanto, não contribui para o desenvolvimento do município.

Porém, ficamos animados com alguns resultados alcançados a partir das formações, com professoras/es que aplicam a metodologia e desenvolve nas escolas uma educação contextualizada contribuindo para melhoria da vida na comunidade, com melhoria na alimentação, no cuidado com a água, com plantios, com o meio ambiente, e, de forma especial, as crianças aprendem a construir relações sociais de gênero com mais respeito e equidade e desenvolvendo as sensibilidades e valores humanos tão importantes para a construção de um mundo melhor, solidário e sustentável.

DADOS ESTATÍSTICOS DE EVENTOS E PARTICIPANTES

Resumo das principais atividades realizadas e público envolvido

Público Direto	Média de Atendimento Público
Formação continuada com Coordenadores (para avaliação, planejamento pedagógico e estudos temáticos)	40 coordenadores CAT 26 coordenadores Baú de Leitura
Formação continuada com Professores (oficinas temáticas, construção de fichas pedagógicas – oficinas de incentivo à leitura)	1.015
Ações com Crianças e Adolescentes (desenvolvidas por professoras/es que fizemos formações)	25.245
Formações com Gestores Públicos e Escolares	35
Sociedade Civil Organizada	25
Famílias nas Comunidades (Devoluções CAT)	4.800
Formação com Técnicos da Secretaria Municipal (orçamento)	20
Conselheiros/as da Educação e Alimentação Escolar	20
Educadores Sociais	378
Total:	31.604

O PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO – PCOM

1. INTRODUÇÃO

Em 2017, o Movimento de Organização Comunitária - MOC completou seu cinquentenário de história, lutas e conquistas por Um Sertão Justo, celebrado através de uma Caravana Itinerante que visou comemorar, junto aos sujeitos que construíram essa história e como eles e elas dialogar sobre as mudanças que as ações do MOC puderam promover na vida dessas pessoas, na expectativa da Convivência com o Semiárido.

Diante disso, foi notório o esforço do Programa de Comunicação (PCOM) para dar mais visibilidade às atividades e temáticas trabalhadas pelo MOC, na insistente busca pela garantia de direitos aos sujeitos com os quais a instituição tem a missão de promover inclusão social com vistas o exercício da cidadania.

O processo dos 50 anos do MOC permitiu um estreitamento na relação com diversos veículos de comunicação, na disseminação dos conteúdos com intensidade no meio regional e estadual, fortalecendo dessa forma a comunicação como direito humano, a partir das experiências de convivência com o Semiárido, valorizando os sujeitos locais e ampliando o acesso a esse direito, como também despertando e incentivando as comunidades rurais ao exercício dos direitos e uso dos instrumentos de comunicação para o desenvolvimento local.

Nesse contexto, O MOC adotou diferentes meios de comunicação como estratégias de disseminação dos seus eixos programáticos na área: Comunicação Institucional, Comunicação Comunitária e a Educomunicação, nos quais identificou, pautou e divulgou as ações de convivência com o Semiárido com foco nas práticas das pessoas do campo, especialmente as lutas e as histórias dos agricultores/as familiares, crianças e adolescentes, mulheres e das comunidades rurais fortalecendo a imagem de um Semiárido viável.

2017 foi um ano de destaque para aquelas pessoas que fazem parte do público alvo do MOC, pois tiveram oportunidade de contar sua história de mudança a partir das ações da instituição, que contribuiu com transformações significativas na vida de muitas pessoas, famílias e comunidades, que apresentaram suas histórias em diferentes dimensões e épocas do trajeto do MOC, que presta serviços Inter geracional. Vale ressaltar que o MOC também recebeu homenagens de diferentes esferas municipais e estaduais, além de entidades parceiras que comungam dos mesmos ideais e defendem causas semelhantes em defesa dos direitos humanos.

Dessa forma, foram muitas e diferentes histórias de luta contra todos os tipos de violência. Em relação às mulheres, de fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários, da educação contextualizada, da democratização da comunicação, dos princípios agroecológicos, da alimentação saudável e segurança alimentar e dos direitos das crianças e adolescentes do campo. Todas elas com um único propósito: fazer do Sertão um lugar mais justo. O caminho trilhado para essa construção está percorrido a seguir.

2. COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

O Programa de Comunicação tem como propósito contribuir para que o MOC seja reconhecido nas esferas municipal, regional, estadual e nacional como referência nas suas temáticas de atuação, a partir das experiências de Convivência com o Semiárido valorizando os sujeitos locais e ampliando o direito à comunicação. Para isso, fomenta a Comunicação Institucional, o debate da Democratização da Comunicação e utiliza das ferramentas da Educomunicação para que os sujeitos de direitos, mais que receptores de informações, sejam também produtores de pautas e comunicações sobre suas realidades.

Em 2017, o MOC teve uma visibilidade maior nas esferas municipal, regional e estadual, em decorrência das diversas ações desenvolvidas em torno da Caravana dos seus 50 anos. Desse modo, destacam-se as produções realizadas, **como 144 Clippagem A, pautando diretamente as ações do MOC; produção de 19 vídeos temáticos; diagramação de 151 produtos de comunicação, entre boletins, cartilhas, marcas, folders, panfletos, entre outros.** É possível destacar ainda que as Caravanas e Sessões especiais em homenagem aos 50 anos do MOC ampliaram consideravelmente a divulgação, não apenas dos eventos, mas das ações que transformam vidas de pessoas no Semiárido, na perspectiva de acesso às políticas públicas que garantem direitos, dignidade, autonomia e bem estar para as populações do campo.

O resultado desse estreitamento entre mídia e PCOM vem da relação virtual positiva, no sentido de passar informações através do Whatsapp, participação em grupos de imprensa, pela lista de contatos via e-mail, além de visitas aos veículos de comunicação. A participação ativa do PCOM no meio virtual também contribuiu com esse processo, na divulgação, por exemplo, de **216 matérias veiculadas no site do MOC e 627 notas veiculadas no Facebook do MOC com 5.976 seguidores até final** do ano, demonstrando a diversidade do Semiárido através de notícias, imagens e vídeos, de releases e sugestões de pauta enviadas e disseminadas.

Foram lançadas ainda 04 Campanhas institucionais, sendo elas: “Sertão Solidário”, “Doar Faz Bem”, “O Problema também é meu – pelo fim à Violência Contra Mulheres”, “Transforme seu Natal em Tudo que Faz Bem”, todas elas em interface com as áreas programáticas da instituição. Também foram produzidos 02 Bocapiu’s - boletim impresso em 1.000 exemplares, além de 44 boletins eletrônicos enviados para em média 700 pessoas com e-mails cadastrados no site. Houve também a produção de 09 áudios entre Spot e Jingle que também contribuíram com essa comunicação e disseminada de um Semiárido belo, bonito e bom de se viver.

PRODUÇÕES	2017
Clippagem A	144
Clippagem B	28
Boletins Eletrônicos	44
Notícias no Site	216
Seguidores no Facebook (final do ano)	5976
Notas veiculadas no Facebook do MOC	627
Releases e Sugestões de pautas	22
Bocapiu	02
Vídeos temáticos	19
Produção em áudio	09
Diagramações	151
Campanhas	04

3. COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

No processo da Comunicação Comunitária, que visa assessorar entidades regionais para fortalecer e potencializar os instrumentos de comunicação institucional, contribuindo para a visibilidade de suas ações e para Democratização da Comunicação, O MOC contribuiu com as entidades parceiras, dando maior visibilidade aos seus trabalhos, refletindo e debatendo sobre a importância da comunicação na divulgação da luta das políticas públicas, no acesso aos direitos, pautando a comunicação como um direito humano. O programa envolveu as rádios comunitárias, na história dos 50 anos do MOC.

Nesse sentido, o PCOM gerou oportunidades para que as pessoas dialogassem e refletissem sobre o direito à comunicação nas suas vidas. Destacando assim, diversas histórias de mudanças importantes de jovens comunicadores e comunicadoras que a partir do incentivo do MOC, ingressaram na universidade em cursos de comunicação e hoje atuam na área, em rádios comunitárias levando informações para suas comunidades e municípios.

Para o fortalecimento desse contexto da comunicação comunitária, foi retomado o diálogo com o grupo de Comunicadores/as Populares da região, que se juntaram numa formação continuada sobre a temática com as jovens multiplicadoras de vínculos solidários envolvidas nos projetos desenvolvido pelo MOC na perspectiva do desenvolvimento local com foco nos direitos de crianças e adolescentes.

4. EDUCOMUNICAÇÃO

Tendo como base a metodologia da Educomunicação, que nesse processo busca fortalecer a participação do MOC e dos sujeitos locais em espaços de incidência política, pautando a democratização da comunicação e o desenvolvimento comunitário, a partir do Sistema de Vínculos Solidários, o Programa gerou oportunidades às crianças, adolescentes, jovens multiplicadores e famílias para melhor compreenderem como de fato a comunicação pode estar a serviço dos direitos através da mobilização social, e para isso se faz necessário o acesso aos meios de comunicação comunitária.

Dessa maneira, através das oficinas temáticas sobre os diferentes tipos de direitos, estratégias de comunicação e mobilização, os intercâmbios, seminários, feiras de saberes e demais atividades realizadas, contribuíram na mudança de vida das crianças e adolescentes, elevando a autoestima, se apresentando nos espaços com desenvoltura, desenvolvendo a criatividade, por meio de apresentações e da criação de desenhos, mais envolvimento nas atividades das comunidades, participação ativa durante os monitoramentos.

As crianças e adolescentes adotaram a educomunicação para representar suas comunidades e o modo como são garantidos e / ou violados os seus direitos, bem como apresentaram sugestões e recomendações aos detentores dos deveres frente a garantia dos direitos. A troca de experiências entre as crianças e adolescentes das comunidades também contribuiu para um maior conhecimento das realidades presentes nas comunidades.

As instalações das rádios postes nas comunidades colaboram com esse processo de disseminação da comunicação como um direito humano, além de fortalecer e compartilhar os conhecimentos

produzidos nas escolas e nos espaços de formação, associações, grupos de produção, sindicatos, dentre outros. Em 2017 foram instaladas as rádios nas Comunidades de Miranda e Rose em Santaluz e na comunidade Quilombola do Maracujá em Conceição do Coité, sendo elas destaques importantes para as comunidades que esperavam ansiosamente esse meio de produzir e fazer comunicação a partir de sua realidade.

Com a instalação das Rádios Postes, as comunidades constituem um espaço de comunicação social que corrobora com as mudanças e com seu desenvolvimento local. O processo de comunicação social tem promovido melhores relações entre escolas e comunidade. Em 2017, houve uma participação mais ativa das ações dos projetos com as ações das escolas, que colaborou com um maior envolvimento da comunidade na escola e ainda com o fortalecimento da cultura local das comunidades e do acesso ao lazer. As comunidades também receberam um Baú Musical (instrumentos musicais alternativos), que está promovendo entretenimento e momentos lúdicos para as crianças e adolescentes.

O fortalecimento da comunicação e vínculos / laços familiares foi um ponto forte em 2017, pois é através dos vínculos, que as crianças e adolescentes demonstram que valorizam suas famílias e suas comunidades. Por meio das mensagens enviadas aos colaboradores, elas comunicam seus saberes e conhecimentos, além de relatarem a mudanças que ocorrem na sua vida, da família e da comunidade – processo que conta com o trabalho comprometido de 14 jovens multiplicadoras nas comunidades.

Nesse processo da educomunicação, o papel mais proativo das jovens multiplicadoras de vínculos solidários qualificou a presença do PCOM nas comunidades, o que contribuiu para que elas se sentissem parte importante do trabalho do MOC com as comunidades na realização dos momentos / leitura lúdica com as crianças e adolescentes, desenvolvimento e criatividade na leitura, análises e prospecção de mudanças e transformações a partir da ferramenta do Plano de Desenvolvimento das Comunidades, construído, executado e monitorado contínua e coletivamente, por se entender que construir um lugar melhor pra se viver é tarefa de todos/as.

5. CONCLUSÃO

Ao termino deste relatório, convém destacar que no ano de 2017, o PCOM obteve resultados mais positivos em função das ações dos 50 anos do MOC, principalmente no eixo institucional, levando a instituição ao conhecimento e reconhecimento nas diversas e diferentes esferas, por meio dos múltiplos veículos de comunicação, com uma maior inserção das mídias de massa, um maior envolvimento no trabalho com o público alvo e dando ainda maior visibilidade, dentro do próprio MOC e fora dele.

Com relação à comunicação comunitária, embora tenha dado passos significativos no sentido de fortalecer as ações regionais de comunicação, bem como alcançado os objetivos nos processos com os jovens comunicadores/as, ainda precisa conseguir um maior envolvimento com as entidades parceiras para que de fato o propósito desse eixo de comunicação seja alcançado.

No trabalho com a educomunicação que também envolve o processo dos vínculos solidários, conseguiu-se um trabalho mais processual, o acompanhamento das ações locais do programa junto às jovens multiplicadoras, crianças, adolescentes trouxeram uma maior mobilização e participação social nas comunidades e municípios. As crianças e adolescentes ampliaram seus conhecimentos

e se empoderaram da capacidade de ler melhor a realidade local, identificar problemas, propor soluções e incidir junto ao Sistema de Garantia dos Direitos e assim abriram caminhos para acessarem seus direitos.

A mobilização social tem contribuído para libertar as comunidades da opressão, da perseguição política que acontecem nos municípios, e acima de tudo abriu os olhos das pessoas para entenderem que direitos não são favores nem benevolências. Faz-se necessário o contínuo trabalho de ampliação das capacidades dos detentores dos direitos e simultaneamente com os detentores de deveres que detém as responsabilidades com a garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Em 2018, será intensificado o diálogo com as secretarias municipais de educação para fomentar o trabalho com educadores/as das comunidades e conseqüentemente inserir nos compromissos da pasta, o processo de educomunicação e de educação do campo contextualizada como um direito de crianças e adolescentes de conviverem e bem viverem no campo.

DADOS ESTATÍSTICOS DE EVENTOS E PARTICIPANTES

QUADRO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS:

Nº de Eventos	Atividades Realizadas	Nº de Pessoas Participantes
04	Dias de lazer e entretenimento cultural nas comunidades rurais. Será um momento para resgate da cultura local, utilizando os Baús musicais, além de ser momento de diversão;	120
04	Oficinas com crianças e adolescentes sobre os seus direitos e deveres fortalecendo as ações na comunidade. O intuito é refletir com as crianças e adolescentes a garantia dos seus direitos.	120
01	01- Feira Intermunicipal de saberes e fazeres sobre os Direitos das Crianças e Adolescentes e desenvolvimento comunitário. Nessa atividade as crianças e adolescentes trocarão saberes sobre suas comunidades e seus direitos.	40
02	Oficinas municipais com Adolescentes e famílias sobre relações de gênero e gravidez na adolescência. O intuito é refletir com as famílias e adolescentes sobre relações de gênero e gravidez inesperada;	80
04	Encontros locais de monitoramento, avaliação e sistematização das ações do projeto com a participação de crianças e adolescentes.	120
04	Oficinas comunitárias sobre os mecanismos de participação das crianças e adolescentes nos espaços de incidência e controle das políticas públicas garantidoras de seus direitos.	120
08	Reuniões da comissão gestora para o acompanhamento das ações da rádio. Será de planejamento da programação das rádios, garantindo a participação qualificada de crianças e adolescentes nestes espaços.	120
02	Oficinas para monitoramento de ações e mudanças previstas nos Planos de Desenvolvimento Comunitário.	80
04	Oficinas comunitárias com as famílias para identificar, analisar e discutir sobre a realidade da comunidade e os processos necessários à garantia de direitos das crianças e adolescentes.	100
01	Intercâmbio intermunicipal para troca de saberes a partir das ações do Plano de desenvolvimento destacando as ações e desafios.	40
04	Encontros de monitoramento e avaliação do Plano de Desenvolvimento Comunitário com a participação das associações comunitárias e dos sujeitos locais	100
04	Oficinas de sistematização das histórias de vidas das crianças/adolescentes e suas famílias sobre os impactos gerados na comunidade a partir da experiência do projeto.	100
02	Seminários municipais com lideranças comunitárias, crianças, adolescentes, educadores sobre o Sistema de Garantia de Direitos dando ênfase as violações apontadas os Planos de Desenvolvimento Local das comunidades	60
02	Encontros municipais de monitoramento do projeto e dos planos de desenvolvimento comunitário com a participação de crianças/adolescentes, detentores de deveres e obrigações e entidades da sociedade civil.	80

02	Rodas de Prosas municipais entre detentores de direitos e de deveres / obrigações sobre proposições e estratégias garantidoras dos direitos de crianças e adolescentes	60
04	Participação de crianças e adolescentes e equipe do projeto em espaços de incidência política com foco nos direitos das crianças e adolescentes	128
04	Visitas comunitárias para acompanhamento dos processos de implementação das ações locais previstas no PDC	120
06	Reunião de planejamento, monitoramento e avaliação das ações com a equipe executora do projeto	95
02	Seminário municipal de avaliação e sistematização das ações do projeto e suas rotas de mudanças na vida das pessoas	85
07	Oficinas municipais sobre Educomunicação, fotografia e produção de vídeo com crianças e adolescentes.	146
01	01 Oficina regional com jovens multiplicadores/ as e adolescentes sobre Comunicação Comunitária, Mobilização Social e Incidência Política.	26
100	Momentos Lúdicos com crianças e adolescentes nas comunidades com vistas fortalecimento dos os vínculos solidários	1.376
07	Intercâmbios Municipais de troca de experiência entre crianças e adolescentes sobre histórias de vidas e participação nas comunidades	298
01	01 Oficina intermunicipal com educadores/as sobre a utilização da Educomunicação como elemento político pedagógico e de protagonismo infanto juvenil	25
03	Jornadas de cadastramento das crianças e adolescentes nas comunidades atendidas pelo projeto.	335
01	Jornadas formativas modulares para capacitação de jovens multiplicadores e equipe de apoio à execução do projeto	21
01	Oficinas municipais sobre indicadores de Desenvolvimento Comunitário. Será para discutir e elaborar os indicadores de desenvolvimento local e prospectar a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Comunitário	25
03	Oficinas com crianças e adolescentes e famílias para fortalecimento de laços afetivos de parentalidade e troca de saberes	90
03	Oficinas Lúdicas para a promoção de ações sócio educativas de convivência, fortalecimento do diálogo e dos vínculos familiares e comunitários, conhecimento sobre os direitos das crianças e adolescentes a não violência infanto-juvenil	90
03	Encontros locais de formação com famílias sobre as tipificações de violências contra criança e adolescente e estratégias proteção infantil	90
03	Jornada de leitura lúdica e de elaboração de desenhos e mensagens de vínculos solidários, para o processo de elaboração de desenhos e mensagens com vistas o fortalecimento dos vínculos solidários de apadrinhamento.	90
06	Oficinas com Crianças e Adolescentes de Escolas das Comunidades rurais com Esportes Cooperativos.	180
03	"Gincanas Comunitárias Solidárias" com Crianças e Adolescentes com Jogos Cooperativos -	135
01	Intercâmbio e Troca de Saberes em Práticas Esportivas Cooperativas e Educomunicação;	69

03	Oficinas municipais sobre Educomunicação com crianças e adolescentes das escolas do campo.	90
03	Dias de produção de mídia com produção de peças de Comunicação que valorize as práticas esportivas;	90
03	Momentos lúdicos com leitura contextualizada e esportes cooperativos com crianças e adolescentes	90
TOTAL DE PESSOAS ATENDIDAS NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:		5.078

EQUIPE:

Alan Rocha Suzarte
Cleonice dos Santos Oliveira
Kivia Maria da Silva Carneiro
Robervania da Silva Cunha

PROGRAMA DE ÁGUA, PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E ÁGUA - PAPAA

1. INTRODUÇÃO

O Programa de Água, Produção de Alimentos e Agroecologia- PAPAA objetiva que as *Famílias, comunidades da área de atuação do MOC, fortalecem a soberania, segurança alimentar nutricional e diversificam sua produção, através da incidência política e da implementação de processos e práticas agroecológicas de convivência com Semiárido.*

Busca-se, assim, ampliar o empoderamento dos/as agricultores/as e comunidades através do processo de assessoria técnica e extensão rural – ATER sistemática, aprofundando a cultura do estoque como estratégia de produção, armazenamento, conservação e multiplicação das técnicas e práticas de convivência com semiárido e da agroecologia, promovendo o estoque de água para consumo familiar, água para educar, água para produção de alimentos e dessedentação animal, sementes crioulas, ampliando e fortalecendo a soberania e segurança alimentar nutricional e geração de renda para a agricultura familiar.

Na busca para construir experiências de transformação e de desenvolvimento no mundo rural, o PAPAA, atua em diversos municípios do Território baiano. Sendo:

Território do Sisal: Quijingue, Barrocas e Teofilândia Araci, Serrinha, Ichú, Barrocas, C. do Coité, Retirolândia, Santaluz, Nordestina Cansanção, Tucano e Monte Santo.

Território Bacia do Jacuípe: Serra Preta, Ipirá, Riachão do Jacuípe, Pé de Serra

Território Portal do Sertão: Feira de Santana, Santa Bárbara, Conceição da feira e São Gonçalo, em parceria com a COOPESER.

Território Piemonte Paraguaçu: Itaberaba, Lajedinho e Ibiquera

Nestes territórios o Programa executa projetos voltados para agricultura familiar e suas organizações, com base nos princípios da agroecologia, na perspectiva da valorização da produção, da estocagem, da geração e do exercício da cidadania.

Para desenvolver suas ações o programa conta com uma equipe de 31 profissionais, formados em engenharia agrônoma, assistência social, técnicos em agropecuária/meio ambiente, animadores especializados/os em agricultura familiar, além de contar com a equipe multidisciplinar

da instituição, em determinadas ocasiões. Este relatório procura descrever as ações desenvolvidas para o cumprimento dos seus objetivos e o alcance dos resultados previstos apresentando as ações realizadas pelo programa de forma sintética, transparente para informar ao seu público, seus apoiadores e a sociedade sobre o desempenho durante ano de 2017.

2. DESENVOLVIMENTO

Para alcance dos resultados, o programa buscou o desenvolvimento das ações e das atividades em 2017 com base nos objetivos e nas linhas estratégicas do programa:

Objetivo específico 01 - Fortalecer o empoderamento dos/as agricultores/as e comunidades através do processo de assessoria técnica sistemática, ampliando a cultura do estoque para a convivência com o Semiárido na perspectiva da agroecologia.

Com a situação de crise política e financeira instaurada no Brasil nos últimos anos, crise esta que tem suprimido e/ou diminuído muitas políticas públicas existentes para a categoria da agricultura familiar foram suprimidas e até mesmo extintas, não sendo diferente com a política de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e os programas de implementação de tecnologias de captação e água das chuvas.

No ano de 2017, o Programa de Água e Produção de Alimentos, deu continuidade aos contratos de ATER firmados em 2015, com início de execução em 2016, financiados pela Superintendência de Ater da Bahia - Bahiater da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado, onde se prevê o acompanhamento, durante três anos consecutivos, a um montante de 2.160 famílias que em média totalizam 8.640 pessoas atendidas diretamente. A assessoria técnica está dividida em três territórios, sendo eles a Bacia do Jacuípe, o Sisal e o Portal do Sertão com 720 famílias em cada território de identidade.

No que se refere a ATER, há de se esclarecer que com financiamento de recursos oriundos da esfera federal, a partir da extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, não houve nenhum edital ou projeto para execução durante o ano de 2017. Esse fato dificulta muito o atendimento pelo MOC de famílias agricultoras, em maior número. A não ampliação do número de famílias assessoradas acarreta, simultaneamente, diminuição do acesso de muitas famílias a outras políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar pela falta de uma assessoria adequada as pequenas unidades produtivas familiares. Neste sentido configura-se a diminuição do acesso ao crédito orientado, aos programas de comercialização, dentre outros.

No campo da implementação das tecnologias de convivência com o Semiárido para a produção de alimentos e dessedentação animal a situação foi ainda pior, pois não houve o lançamento de editais públicos nesta vertente nem a nível estadual quanto federal, restando ao programa a construção,

em modo experimental, de três tecnologias que visa a adoção de telhados ao invés de calçadão para a captação de água das chuvas. Estas tecnologias são denominadas de cisterna Telhadão e tem a capacidade de armazenamento de 52 mil litros de água e a implementação de um telhado com 200 m² para a captação da água das chuvas e que a comunidade possa aproveitar a área a baixo do telhado para desenvolver alguma atividade de produção de forma coletiva.

Mesmo com as dificuldades descritas nos parágrafos anteriores avaliamos, em processo coletivo com equipe envolvida, que pudemos avançar em alguns quesitos que se deseja na evolução da assessoria e da implementação de técnicas e práticas para a melhor convivência com o Semiárido de forma agroecológica. Neste sentido, garantimos assessoria técnica às 2.160 famílias durante todo o ano com a realização de visitas individuais as Unidades Produtivas Familiares – UPF, com a realização de ações a nível da organização comunitária tendo sempre como base a melhoria da produção dentro dos princípios da agroecologia e da convivência com o Semiárido, alcançando índices desejáveis tais como:

- ✓ Mais de 60% das famílias assessoradas conscientizadas e adotando práticas de estocagem de forragem para alimentação animal;
- ✓ Cerca de 1.080 famílias participando de atividades de intercâmbio de experiências a nível municipal e intermunicipal e adotando novas práticas de produção de alimentos;
- ✓ Maior número de famílias engajadas em debates sobre a conjuntura política brasileira e outras temáticas importantes como as relações sociais de gênero (divisão justa do trabalho, não violência contra as mulheres);
- ✓ Organização da Feira Agroecológica semanal do município de Conceição do Coité e Retirolândia, continuidade dos processos de comercialização via feiras em Riachão do Jacuípe, Pé de Serra, Ipirá e Serrinha;
- ✓ Acesso à política pública de crédito assessorado e orientado para investimento e aplicado de acordo com a potencialidade da UPF;
- ✓ Consolidação de novos grupos organizados de agricultores/as familiares nas comunidades para o beneficiamento de produtos e a comercialização;
- ✓ Participação da juventude rural nas atividades e acessando políticas públicas (crédito PRONAF);
- ✓ Fortalecimento e ampliação dos processos coletivos e individuais das práticas da cultura do estoque, especialmente alimento animal e sementes.

Destaca-se no ano também, a nível do estado da Bahia, a grande incidência política que as organizações da sociedade civil tem abraçado no sentido da garantia e ampliação dos direitos dos povos e comunidades rurais. Isso foi feito através da participação nas redes e fóruns, nos quais podemos destacar a atuação protagonista do MOC através do Programa de Água e Produção de Alimentos, tais como na Articulação do Semiárido Brasileiro - ASA, no Fórum Baiano da Agricultura

Familiar - FBAF e na Articulação de Agroecologia da Bahia – AABA. Por meio destes espaços conseguimos avançar em temáticas como a agricultura familiar, a segurança alimentar e nutricional, da convivência com o Semiárido, da equidade de gênero e da agroecologia. Estes organismos atuaram, muitas vezes articulados, no sentido de pautar o governo para a garantia de direitos básicos mesmo no momento de crise política e financeira que atravessamos. A garantia da política de Segurança Alimentar e Nutricional, a aprovação da lei de Convivência com o Semiárido, a articulação e encaminhamento do projeto de lei da agroecologia, a luta para construção de programas de Sementes Crioulas, da articulação para as Feiras Agroecológicas, a busca por editais, com possível lançamento em 2018, contemplando a assessoria técnica específica para mulheres agricultoras e um chamamento público para a adoção da agroecologia são conquistas que esta rede de entidades tem conseguido, a duras penas, pautar e garantir junto aos governos.

Não podemos deixar de destacar como desafio o longo período de estiagem que os municípios do Semiárido vêm atravessando, com seis anos com chuvas *insuficientes*. Este fator tem feito com que a produção não consiga uma escala desejada e também uma maior diversificação da produção sendo a falta de água fator limitante para esta expansão. No entanto, o que se observa é uma maior conscientização das famílias para a boa gestão dos recursos hídricos e para a adoção de práticas de estocagem, ou seja, pela própria dificuldade passada nos últimos anos e a insistente retórica da assessoria técnica na temática da convivência com o Semiárido de forma sustentável e possível. Este processo tem surtido efeitos positivos e concretos. Podemos exemplificar que quase o total das famílias que trabalham a pecuária estão implementando canteiros de palma forrageira e muitos adotando novas técnicas como o adensamento no plantio. Outro ponto importante também neste sentido do estoque é a sensibilização e aumento da prática do guardar as sementes crioulas, as Sementes da Terra, tanto no âmbito individual como coletivo nos Bancos de Sementes Comunitários. Mesmo com as dificuldades, as comunidades têm se organizado e acessado políticas públicas, meios de produção e comercialização contribuindo para a melhoria da renda e a obtenção e uma alimentação de melhor qualidade.

Objetivo Específico 2: Contribuir para a universalização do acesso a água de consumo familiar e ampliar o acesso a água em escolas do campo.

Durante o ano de 2017 foram realizadas diversas ações e atividades de captação de água das chuvas para diversos usos através da tecnologia social cisterna, compreendendo o número de atividades a serem executadas e quais caminhos a serem trilhados, para alcançar os resultados dentro do prazo e garantindo a qualidade na realização das atividades.

Neste ano enfrentamos uma enorme redução orçamentarias para tecnologias sociais de captação de água. Foram cortes duros que cortam ou diminuem programas estruturantes que chegam a famílias em comunidades rurais que poucos programas conseguem chegar. Com isso queremos enfatizar que no dia a dia, nós do MOC e do PAPAA identificamos a existência da ameaça real da fome e o aumento da miséria social, sendo maior nas comunidades e famílias que não tem acesso a água para beber e cozinhar e em comunidades onde as escolas do campo foram fechadas, comprometendo as relações de aprendizagem contextualizada.

Destacamos para o eixo de água familiar e educar a importância do diálogo consolidado com transparência e compromisso, que superou os desafios, que foi envolver o poder público e sociedade civil, numa dinâmica rica e prazerosa para promover o debate da proposta político pedagógica da Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido. O que objetivou o acesso à água de qualidade para consumo das comunidades escolares envolvidas em cinco municípios da região semiárida, com a implementação de 45 tecnologias. Gerando renda nas comunidades escolares onde implementou-se a tecnologia social Cisternas Escolares de 52 mil litros, quando identificados agricultores para trabalhar como servente de pedreiro (prestação de serviços), proporcionando conhecimento e crescimento..

Além disso, outras tecnologias de convivência foram experimentadas e celebradas com a ampliação da ação de cisterna familiar em novos territórios de abrangência, Piemonte Paraguaçu. Colocando-nos um novo desafio de trilhar novos caminhos e construir novas alianças na perspectiva de estoque de água para consumo humano. Essa ampliação se deu através da parceria com a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SJDHS, com o aumento nesses 12 meses de 505 tecnologias sociais | cisterna consumo humano, beneficiando 505 famílias, aproximadamente 2.525 pessoas.

Finalmente é de se destacar que o Programa por meio de seus colaboradoras/es de campo mediou a reflexão sobre cidadania com a plenitude do sentido da palavra sujeito detentor de direitos e deveres, numa sociedade. Mobilizou organizações sociais para comporem as comissões municipais e os conselhos de direito, esteve presente em debates significativos quanto à política de convivência com semiárido.

Chegamos ao final de 2017 com o fortalecimento dos princípios e valores de nossa entidade com o espírito de que devemos continuar lutando pela vida digna no semiárido e com isso termos um sertão mais justo. Fizemos e faremos isso através dos nossos processos de seleção e cadastramento, das formações: Encontros Territoriais, Comissões Municipais, Encontros com as Comunidades Locais, Cursos sobre Recursos Hídricos Escolares, Oficinas de Educação Contextualizadas, Capacitação para Aprendizes de Pedreiros, totalizando abrangência de participação nas formações para 7.140 pessoas.

Ao todo, **considerando a última década** foram implementada 27.307 mil cisterna de 16mil/l, sendo que no ano de 2017 foram implementadas apenas 505 contribuindo na solução dos problemas relacionada à falta de água para consumo humano, promovendo soberania e segurança alimentar e nutricional, além de melhorar a autoestima e diminuir a desigualdade.

Politicamente o ano de 2017 pode ser considerado como um ano que marca o congelamento, ou porque não dizer, o fim do programa de água via financiamento do governo federal. Fato que coloca em risco e ameaça toda programa/política de direita água para as famílias agricultoras. Este ano também está marcado por muitas lutas e ocupação de espaços de construção, proposição e efetivação de caminhos para o acesso aos direitos. E o final de 2017 pautamos o poder público estadual, sendo possível celebra uma nova parceria que chegará com cisternas a mais 811 famílias do território do Portal do Sertão e Piemonte do Paraguaçu para 2018, possibilitando com isso o acesso de água de qualidade para famílias rurais de 4 (quatro) novos municípios.

3. CONCLUSÃO

Consideramos que o ano 2017 se configura como um dos piores anos no que se refere à perda de direitos à agricultura familiar. No entanto, em nossas ações de planejamento, monitoramento e avaliação, constatamos que a maioria das famílias assessoradas mesmo diante de toda uma situação de estiagem, de perdas de direito, tendem a ter e exercitar sua capacidade de resiliência, com a adoção e práticas e técnicas de convivência com semiárido, tais: quitais produtivos, implementação de bancos de proteína, a partir dos campos de palma forrageiras, estocagem de alimento, sementes e água, Vimos também que as famílias e as organizações envolvidas nas ações reacenderam o sentimento de luta e ocupação de espaço, cobrando e reivindicando por nenhum direito a menos. Essa constatação se deu a partir da assessoria que estimulou as pessoas a refletirem criticamente sobre a conjuntura que culminou com a violação de muitos dos nossos direitos e a importância de nos fortalecermos de forma coletiva participando e ocupando os diversos espaços de incidência política na luta contra golpe e perdas dos nossos direitos.

Temos consciência de que muitos são os desafios que estão postos e nos redirecionamos para o ano seguinte, ampliarmos e fortalecermos nossas lutas e ocupações de espaços, firmando nosso compromisso com a agricultura familiar e suas organizações, com base na missão e princípios da instituição para que nossos direitos adquiridos sejam mantidos e garantidos.

Com isso, pode-se dizer que este as ações o caminharam dentro de uma perspectiva de construção coletiva, procurando atuar dentro da realidade social, economica e ambiental local, propoessionando a todos os envolvidos um debate amplo sobre convivência com semiárido, agroecologia e democracia.

Por tanto, nosso processo de incidência política será intensificado em 2018.

AÇÃO DE DESTAQUE

Importante acontecimento no ano de 2017 foram as comemorações dos 50 anos da entidade. Houve uma intensa convergência de esforços de toda equipe para a identificação, mobilização de sujeitos que fizeram parte da construção da história do MOC. O programa se empenhou e buscou adequar a realização de atividades já programadas e a busca por outros fundos que puderam viabilizar, conjuntamente com os demais programas do MOC, a realização das caravanas nos principais municípios de atuação da entidade. Durante as caravanas realizamos a mobilização em média de 50 agricultores e agricultoras, por atividade, que se juntaram a outros sujeitos da ação do MOC para participarem dos eventos que aconteceram nos seus devidos municípios de origem ou vizinhos. Aproveitamos as atividades para realizar intercâmbios de experiências e fazer uma retrospectiva das ações da entidade na vida de cada um e cada uma, fazendo a reflexão com as pessoas da importância do MOC nas suas trajetórias de vida. Foram realizadas caravanas e conjuntamente atividades do Programa nos municípios de Conceição do Coité, Serrinha, Valente, Araci, Riachão do Jacuípe, Feira de Santana e Nova Fátima. Em outros municípios, e também nestes que foram realizadas as caravanas, houve nas câmaras municipais de vereadores sessões solenes ou moções de aplausos pela passagem dos 50 anos do MOC, dispendendo de mobilização de sujeitos de direitos da ação do MOC para que pudessem apostar seus depoimentos de vida e de gratidão as ações desenvolvidas nas comunidades e municípios do Semiárido baiano. Por fim, as caravanas municipais culminaram em um grande evento envolvendo sujeitos das ações como também parceiros das entidades sociais como do poder público, donde vieram várias dinâmicas que mostraram a importância da entidade para o desenvolvimento de muitos atos nos territórios de atuação.

DADOS ESTATÍSTICOS DE EVENTOS E PARTICIPANTES

Número de atividades	Atividade realizada	Quantidade de participantes
1616	Cadastros Estaduais Florestais de Imóveis Rurais – Cefir (Cadastro Ambiental Rural)	1616
8640	Visitas para orientação técnica as UPF's	8640
144	Cursos/Oficinas para troca de experiências e adoção de práticas para a convivência com o Semiárido e Agroecologia.	2.880
36	Intercâmbios de Troca de Saberes em Agroecologia e Convivência com o Semiárido.	1.080
72	Oficina Comunitária de Avaliação e Planejamento Anual	1.440
03	Tecnologias comunitárias de captação de água para produção de alimentos construídas (Cisterna Telhadão)	70
TOTAL		15.726

Número de atividades	Atividade realizada	Quantidade de participantes
12	Reuniões de Articulação com Parceiros municipais.	72
22	Reuniões para identificação das comunidades	220
35	Reuniões de cadastramento e seleção de famílias.	1.50
17	Capacitações em Convivência semiárido e Gerenciamento da Água	505
505	Tecnologias de captação e armazenamento de água para consumo familiar implementada.	505 famílias beneficiárias aproximadamente 2.525 pessoas alcançadas
45	Tecnologias de captação e armazenamento de água para consumo escolar implementada.	1.125 crianças e adolescente alcançados
TOTAL		

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS – PFEES

1. INTRODUÇÃO

O Programa de Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários (PFEES) no ano 2017, intensificou junto ao seu público assistido de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) os processos de organização, gestão, articulação em rede, qualificação produtiva e comercialização, fruto da implementação do seu Planejamento estratégico.

Para viabilizar os processos citados acima, foram realizadas ações previstas em projetos do MOC, com a participação, em alguns casos, de outros programas da instituição, e dentre esses projetos estão: Rede de Cidadania, no sertão da Bahia (Petrobras); Mulheres em Rede (SETRE) Ciranda das Artes Produzindo Conhecimento e Autonomia (MDA); Redes Solidárias (SENAES/MTE), Execução de Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, aos Empreendimentos e Beneficiários(as) no Âmbito do Projeto Bahia Produtiva (SDR/CAR), Parceiros Por um Sertão Justo - ActionAid, Crianças e Adolescentes Retocando Vidas no Semiárido - KNH, Saberes e fazeres do Semiárido: direito à educação e alimentação saudável – Terre Des Hommes Suisse (TDH).

Podemos destacar que, no ano de 2017, o PFEES ampliou sua atuação no atendimento a oito EES em três municípios (Nordestina, Cansanção e Monte Santo) fruto de um contrato firmado entre o MOC e o Governo do Estado do Projeto, ATER Bahia Produtiva.

Em 2017, foram preservadas as principais características do PFEES com a ampliação de um eixo como explicitamos a seguir:

- **Objetivo estratégico:** Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) da Agricultura Familiar e de comunidades tradicionais dos municípios da área de abrangência do MOC, atuando na perspectiva de uma Economia que seja justa, inclusiva e Solidária, articulados em redes e organizados nos processos de gestão, produção, beneficiamento, divulgação e comercialização, fortalecendo a convivência com o semiárido.
- **Eixo Gestão e Participação Social:** com intuito de promover os processos de organização e articulação dos EES e das Redes, na perspectiva da autogestão, da equidade de gênero e participação social.
- **Eixo Acesso a Mercados:** com o intuito de Estimular os processos de produção e comercialização dos EES e Redes, para o acesso aos mercados (institucional, convencional e diferenciado) com ênfase no institucional.
- **Incidência Política:** com o intuito de Contribuir nos processos de fortalecimento das políticas de Economia Solidária a partir da participação da equipe nos espaços estratégicos de proposição/elaboração/coo execução.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM VISTA DOS OBJETIVOS.

Na sequencia, vamos descrever as atividades realizadas no que se refere a cada eixo, assim como os resultados obtidos.

2.1 GESTÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PFEES no ano de 2017, continuou realizando o acompanhamento técnico sistemático a duas Redes Regionais: Central de Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária Arco Sertão (Arco Sertão Central) e a Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia

(COOPEREDE), assim como a outros 86 Empreendimentos Econômicos Solidários – EES, filiados as duas redes, na sua grande maioria, sendo associações e cooperativas de produção formadas por homens e mulheres. Acompanhou também empreendimentos não formais formados exclusivamente por mulheres e das 05 Feiras Agroecológicas **chegando a 5.820 pessoas envolvidas**.

As Redes (Arco Sertão Central e Rede de Produtoras da Bahia) e seus filiados dos territórios (Portal do Sertão, Sisal e Bacia do Jacuípe) de atuação do MOC, são prioridade do PFEES no seu Planejamento Estratégico, tendo como metodologia de acompanhamento aos EES articulados nestas duas REDES.

E essas duas REDES têm um papel fundamental junto aos seus EES. Por elas se faz: a representação política e institucional dos EES filiados nos diversos espaços de discussão de política e de representação da agricultura familiar e economia solidária; a oferta aos EES filiados de suporte técnico nas áreas de produção, gestão e comercialização, e por fim; - Apoio à comercialização dos produtos dos EES filiados.

Em 2017, com apoio da equipe do PFEES e das REDES, dois EES (Associação Comunitária Bastianense e Grupo Mulheres Sonhadoras) receberam o Prêmio Consulado da Mulher de Empreendedorismo Feminino.

Outra conquista é que através da Articulação Semiárido Brasileiro – ASA, 03 EES (COOPERAGIL – Ichú, Associação Comunitária Bastianense – Retirolândia, Delícias da Terra - Barrocas) tiveram acesso a uma nova tecnologia social, denominada de “Cisterna Telhado”, implementada na Unidade Produtiva, com captação de água pelo telhado e com uma cobertura para que os EES possam construir neste espaço um local de reunião, produção, armazenamento entre outros.

Em 2017 O acompanhamento da equipe do PFEES juntos as REDES e EES filiados em 2017 se centraram nos seguintes aspectos: reformulação dos estatutos de acordo ao Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC, Cadastro das Agroindústrias da Agricultura Familiar (CAAF), DAP jurídica, Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários CADSOL e Declaração de Empreendimento Econômico Solidário DCSOL, oportunizando acesso das redes e seus empreendimentos às políticas públicas de ATER, comercialização e como também as Redes e EES terem acesso aos editais de custeio e investimento.

Com atuação no campo do fortalecimento da Economia Solidária e da Agricultura Familiar, a equipe técnica do PFEES e as Redes (Arco Sertão Central e COOPEREDE), estão inseridos em diversos espaços de construção e implementação das políticas públicas e espaços de incidência política, entre os quais destacamos: Fórum Estadual de Economia Solidária, Fórum Estadual da Agricultura Familiar, Conselho Estadual de Economia Solidária, Câmara Técnica Estadual de Comercialização, Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia, Conselho Regional de Desenvolvimento Territorial Portal do Sertão da Bahia. Nesta ocupação de espaço as Redes e os Empreendimentos Econômicos Solidários adentram na luta pelos direitos, no acesso aos projetos, na ampliação do acesso aos mercados.

2.2. ACESSO À MERCADOS

O ano 2017, para as Redes e EES foi marcado pela retirada de direitos. A redução drástica de recurso para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA é um dos exemplos. No ano de 2016, apenas 02 propostas foram contratadas, totalizando um valor de R\$ 344.837,00 (trezentos e quarenta e quatro mil oitocentos e trinta e sete mil reais) sendo que apenas autorizada para a execução no segundo semestre de 2017.

Outro mercado institucional que a Rede Arco Sertão Central e os EES contavam como prioritário era o PNAE – Programa Nacional da Alimentação Escolar (Estadual e Municipal). No ano de 2017 houve mudança no PNAE Estadual com lançamento de chamada por território. Houve problema na

análise das propostas e não houve a contratação, o que acarretou em grande prejuízo para a Rede e os EES interrompendo o que estava dando certo. O PNAE Município é outro grande entrave, com contratos firmados entre as partes e com valor comercializado durante o período bem abaixo do valor contratado, criando expectativas na Rede e nos EES.

Contudo o ano de 2017, foi marcado para as Redes e os EES através das Caravanas dos 50 Anos do MOC, Caravana que passou pelos municípios de Serrinha, Feira de Santana, Conceição do Coité, Retirolândia, Santaluz, Araci, Riachão do Jacuípe e Nova Fátima, com o propósito da escuta dos sujeitos das ações do MOC sobre os impactos e mudanças nas suas vidas a partir da trajetória das ações do MOC. Além disso, nesta passagem pelos municípios a equipe do PFEES realizou audiências públicas sobre os mercados institucionais e a organização da Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária em cada município com a participação das Redes e dos Empreendimentos locais na exposição e comercialização dos produtos, exceto em Serrinha.

Importante também foi o espaço conquistado, pela primeira vez, na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (ALBA) durante uma semana, para a divulgação e comercialização dos seus produtos. E, de igual modo à participação das Redes e EES na culminância dos 50 anos do MOC e comemoração, com a realização de uma grande Feira de Saberes, Sabores e Fazeres por um Sertão Justo: “Caravana 50 Anos do MOC por um Sertão Justo”, com a participação de mais de 100 EES de quatro territórios (Sisal, Bacia do Jacuípe, Portal do Sertão e Nordeste II) na comercialização dos seus produtos.

Neste ano de 2017, as Redes e EES intensificaram a comercialização também nos espaços de eventos e na participação de Feiras da Agricultura Familiar e Economia Solidária, como também explorou mais os espaços fixos de comercialização no Armazém da Agricultura Familiar localizado em Serrinha, Ciranda das Artes, localizado em Feira de Santana, Maria Bonita e Sabores do Nordeste, ambos localizados no município de Santaluz e Flor do Sertão em Araci com ampliação de novos produtos e divulgação pelas redes sociais.

Outra ação importante foi a implantação de mais duas Feiras Agroecológicas nos municípios de Conceição do Coité e Retirolândia com o funcionamento semanalmente. Essa ação conta com interface com o Programa Água, Produção de Alimentos e Agroecologia (PAPAA) e parceria com o poder público local.

Foi notório o avanço na evolução dos EES, com articulação em Rede a nível municipal em Santaluz, Retirolândia, Conceição do Coité, Araci, Riachão do Jacuípe e Pé de Serra, no acesso os mercados e projetos na construção de propostas coletivas sem concorrência entre os mesmos.

Outro fator relevante na busca de captação de recursos e geração de renda para os EES assistidos foi a elaboração de projetos, tarefa em que a equipe do PFEES se debruçou, identificando editais disponíveis para elaboração de 2 propostas, com destaque para os editais do Consulado da Mulher, Fundação Banco do Brasil, Bahia Produtiva, CESE. Em 2017 alguns EES foram selecionados e premiados, a exemplo do Consulado da Mulher com 2 projetos contemplados com doação de equipamentos e recurso de R\$ 10.000,00 (dez mil) para cada EES para ser aplicado na unidade de produção.

Com relação às duas Redes, ambas tiveram dificuldades no processo de articulação e formação dos EES, pela falta de recursos financeiros para realização de encontros, contudo, não deixaram de estimular à comercialização por suas filiadas. Embora se mantivesse no mesmo patamar em volumes de comercialização do ano anterior no faturamento, conforme especificado logo abaixo:

a) Rede Arco Sertão Central

O Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária, em 2017 intensificou a comercialização dos produtos das suas filiadas e empreendimentos parceiros frente às Prefeituras e Escolas Públicas Estaduais e municipais para as vendas pelo Programa Nacional de Alimentação escolar – PNAE e participou também nas licitações públicas. Também vale destacar as vendas diretas aos

viajantes e turistas no “show room” localizado no município de Serrinha, as participações de Feiras da Agricultura Familiar e Economia Solidária e eventos.

Um das ações bastante intensificadas foram na participação das chamadas públicas dos órgãos federais como: Universidade do Recôncavo Baiano, Grupamento de Apoio de Salvador (GAP-SV), Comando do 2º Distrito Naval, 19º Batalhão de Caçadores, 1º Companhia de Infantaria, totalizando 05 contratos firmados no valor total R\$ 990.776,10 (novecentos e noventa mil, setecentos e setenta e seis reais e dez centavos) para os anos de 2017- 2018.

Em 2017, foi comercializado um total de R\$ R\$ 1.382.818,74 (Hum milhão e trezentos e oitenta e dois mil, oitocentos e dezoito reais e setenta e quatro centavos) valores comercializados pelos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES via Arco Sertão Central, gestora do Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária, no mercado institucional (PNAE Município e PNAE Estado) e órgãos federais, a varejo e prestação de serviços no fornecimento de alimentação.

b) Rede COOPEREDE

A COOPEREDE deu continuidade às ações de comercialização através dos espaços solidários, localizados no município de Feira de Santana, e outros espaços solidários dos EES filiados dois em Santaluz e um em Araci com vendas de artesanatos e alimentos. A COOPEREDE no espaço solidário presta serviços, com o fornecimento de alimentação e hospedagens participando de licitações públicas.

Em 2017, os Empreendimentos Econômicos Solidários - EES formados exclusivamente por mulheres via COOPEREDE comercializaram o montante de R\$ 690.066,00 (seiscentos e noventa mil e sessenta e seis reais), nas vendas de hortaliças, temperos, polpas de frutas, doces, biscoitos, farinha e feijão, além das mulheres que se dedicam à preparação dos alimentos e manutenção do espaço de realização dos eventos e nas participações de Feiras da Agricultura Familiar e Economia Solidária e eventos.

A COOPEREDE intensificou as ações de captação de recursos através da elaboração de projetos e estabeleceu parceria com a Coordenadoria Ecumênica de Serviços – CESE, na execução de 02 projetos Ciranda das Mulheres: Fortalecendo o Protagonismo das Mulheres Negras e Populares, edital Mulheres Negras e Populares: Traçando Caminhos, Construindo Direitos, projetos que tiveram como objetivo desenvolver um processo formativo voltado para o empoderamento das mulheres, a identidade afro-brasileira e as políticas afirmativas. Outra parceria foi na execução do projeto Ciranda das Mulheres: Projeto de Inclusão Sócio Produtiva para Mulheres Rurais, edital Dupla Participação que teve como objetivo fortalecer os processos de produção e comercialização através da formação de um fundo rotativo solidário e a capitalização dos pontos fixos de comercialização.

3. CONCLUSÕES: RESULTADOS E PERSPECTIVAS PARA 2017

O ano de 2017 não foi tão diferente do ano anterior. Muito desafiador para o PFEES – Programa de Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários, devido à redução de projetos conveniados que acarretaram em recursos escassos para apoiar as ações desenvolvidas. Nesse contexto, foram criadas redes municipais para o atendimento aos EES de forma coletiva, que teve grandes avanços neste ano. Essa estratégia vem fortalecendo tanto a articulação para acesso aos mercados (PNAE e feiras agroecológicas), na participação de eventos, feiras da Agricultura Familiar e Economia Solidária, no acesso a editais, como também no desenvolvimento de ações em outras áreas. Este método foi importante para o fortalecimento da autonomia e união dos EES, que puderam dialogar e negociar entre eles, de forma justa e solidária, para a articulação e

desenvolvimento de suas ações tanto de formação, como de organização política no município e no território.

Ainda no ano de 2017, as Redes e os EES intensificaram a comercialização dos produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária em espaços durante a Caravana dos 50 Anos do MOC nos municípios e na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, com também em outros espaços de comercialização. Outra ação importante foi a implementação de mais duas feiras agroecológicas. Atualmente estão em funcionamento semanalmente em 5 municípios (Retirolândia, Conceição do Coité, Riachão do Jacuípe, Nova Fátima e Serrinha). Destaquem-se ações direcionadas ao fortalecimento dos pontos fixos de comercialização mantidos pelos empreendimentos assistidos, sendo 5 pontos: No Armazém da Agricultura Familiar localizado em Serrinha, Ciranda das Artes, localizado em Feira de Santana, Flor da Caatinga, localizado em Araci, Maria Bonita e Coobencol, ambos localizados no município de Santaluz.

Esses espaços conquistados se deram pela articulação das Redes (Arco Sertão e Cooperede) e seus EES filiados, mostrarem viabilidade na oferta de grande variedade de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar, na qualificação e compra coletiva de insumos, na ampliação do acesso a mercado dos EES.

A Equipe do PFEES buscou alternativas para a viabilização de diversas ações juntos aos EES, dedicando-se na elaboração de propostas dos editais disponíveis como: SENAES/MTE, da Fundação do Banco do Brasil, Bahia Produtiva entre outros.

Entretanto, apesar dos avanços ainda existem muitos desafios a serem superados no ano 2018. Muitos deles envolvem questões externas, como a dependência dos programas institucionais e políticas públicas dos governos nas três esferas, e estes estão sujeitos a diversos fatores, que vão desde a redução e cortes de verbas destinadas a esses programas até casos de ingerência política.

Outro desafio para as Redes e EES é a necessidade da qualificação contínua de seus produtos. Muitas vezes esse processo esbarra em burocracias vinculadas aos sistemas legislativos pertinentes a cada setor produtivo. Isso, seja pela ausência de legislações mais condizentes com a realidade de pequenos produtores, seja por deficiência nas estruturas das entidades reguladoras, como por exemplo, contingente insuficiente de profissionais nessas entidades. E por último, mas não menos importante, os elevados custos para que essas exigências sejam cumpridas.

As Redes e os EES devem avançar na ocupação de espaços de incidência política para que a regulamentação desse modo de produção, seja mais flexível, sem perder a sua qualidade. Outro desafio é a ocupação do mercado convencional por mais que os produtos da agricultura familiar tenham ainda que enfrentar o preconceito, a minimização da sua capacidade de entregar produtos com qualidade, quantidade, preço e prazo.

Assim, o caminho trilhado da equipe do PFEES junto às Redes e EES, conseguiu melhorar a vida de muitos agricultores e agricultoras e até mesmo tornou mais viáveis determinados Empreendimentos. Mas a caminhada ainda é longa na ocupação espaços nos mercados institucionais e até mesmo nos mercados convencionais que é o mais desafiador para os agricultores e agricultoras familiares.

DADOS ESTADÍSTICOS DE EVENTOS E PARTICIPANTES

ATIVIDADE	QUANTIDADES REALIZADAS	PÚBLICO ENVOLVIDO / BENEFICIÁRIO		
		CARACTERIZAÇÃO	PARTICIPANTE (por atividade)	TOTAL
Seminário Territorial de Representantes de Beneficiários	01	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	36	36
Encontros Comunitários	23	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	20	460
Oficinas de Formação e Capacitação ACR	02	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	12	24
Realizar 3 cursos de qualificação em padronização de produtos (5 iniciais e os novos)	03	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	20	60
Implantar 01 unidade de abate de galinha caipira.	01	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	Não se aplica	Não se aplica
Realizar 03 seminários de regionais de monitoramento e avaliação de resultados	03	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	20	60
01 Oficinas Regionais de 16 horas de Formação para as Mulheres Rurais sobre Política de Financiamento a produção (Pronaf, Pronaf Mulher, Microcrédito orientado),	01	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	40	40
TOTAL				680

PROGRAMA DE GÊNERO

1. INTRODUÇÃO

Este relatório narra a trajetória do Programa de Gênero no ano de 2017 junto com os sujeitos de direitos que, mais diretamente, contribuem neste percurso. A análise das nossas ações nos possibilita olhar por onde caminhamos e reinventar novos jeitos de caminhar (re)significando a luta e superando desafios, na partilha de saberes para construção de um sertão mais justo e solidário.

Para isso, trilhamos a partir do seguinte **Objetivo Estratégico de Mudança: Mulheres nas áreas rurais e periurbanas empoderadas sociopolítico, econômica e culturalmente avançam com suas famílias, comunidades e organizações na construção de relações justas e solidárias na perspectiva da promoção da igualdade e equidade de gênero através de ações integradas e transversalizadas institucionalmente.** O programa prioritariamente atuou nos Territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão no Semiárido Baiano.

Neste ano de 2017 celebramos 50 anos do MOC e neste período rememoramos os passos dados e a identificação dos sujeitos que construíram e constroem a história do MOC e o quanto a organização também marcou suas vidas. Essa retrospectiva foi importante também para fazer análise das estratégias que fomos utilizando no decorrer do tempo e o quanto as mulheres e suas organizações foram ganhando outras dimensões, tanto em conquistas, quanto na renovação das demandas.

Nesse cenário de retrocessos que estamos vivendo, precisamos também repensar nossas estratégias de resistência e luta, para isso, requer mais organização, articulação política e unificação de algumas pautas, dentre elas, a luta contra as reformas propostas pelo governo Federal que retiram direitos sociais, visto que, o peso maior recai sobre as mulheres rurais, pobres, negras. Outra pauta coletiva e de grande intervenção é o enfrentamento a violência contra as mulheres e meninas; considerando que nos territórios (Sisal e Bacia do Jacuípe) os equipamentos são limitados e não garantem atenção e proteção as mulheres em situação de violência. Essas são algumas das questões que tem nos desafiado e colocado as lideranças na linha de frente do diálogo com o poder público municipal e estadual para melhor assumir o compromisso na garanti do direto das mulheres a uma vida livre de violência.

Desse modo, o Programa de Gênero teceu essa rede de parcerias para que as vozes das mulheres ganhassem uma dimensão ainda maior e que não fosse silenciada diante dos retrocessos. Sabemos que não é uma tarefa fácil e nem tranquila, mas é necessário seguir em frente ampliando as fileiras da resistência para a garantia da democracia, da liberdade e da vida.

2. EIXOS ESTRATÉGICOS E OBJETIVOS – TRAMANDO AS TEIAS DA RESISTÊNCIA

O ano de 2017 exigiu ainda mais de nós a capacidade de criar estratégias de fortalecimento e articulação política com as organizações de mulheres e outras da região Semiárida e a incidência nos espaços de controle social e elaboração de políticas públicas. Desse modo, foram coletivizadas bandeiras de lutas de distintas instituições com único propósito; lutar pela garantia dos direitos humanos das mulheres e meninas, na sua maioria, pobres e negras, neste caso, mais

especificamente as rurais, com o recorte do enfrentamento a violência de gênero. Na perspectiva de enfrentar todas as formas de violação dos direitos humanos das mulheres e meninas, o Programa de Gênero fez o percurso em 2017 a partir dos seguintes eixos e objetivos estratégicos:

- A. Transversalidade de Gênero** - Desenvolver com os programas e projetos do MOC ações estratégicas na dimensão de gênero com vistas à promoção da igualdade entre mulheres e homens no Semiárido baiano;
- B. Enfrentamento à violência contra as mulheres rurais e periurbanas** - Promover formação e informação articulada com homens e mulheres para o acesso aos mecanismos de prevenção e enfrentamento a violência doméstica, familiar e institucional contra as mulheres;
- C. Assessoria sociopolítica as organizações de mulheres** – Potencializar as organizações de mulheres mediante assessoria e qualificação política para maior incidência nos espaços de definição, controle social e acesso às políticas públicas visando à garantia dos seus direitos. Mediante esse contexto, trilhamos estratégias pelos caminhos;
- D. Incidência Política**- atuar em espaços estratégicos, de maneira que possa intervir diretamente nas políticas públicas para as mulheres, na proposição e elaboração de propostas e políticas que garantam seus direitos.

Entender a promoção da igualdade de gênero como elemento estruturante na garantia dos direitos humanos das mulheres é atribuir a responsabilidade para todos e todas na mudança de atitudes, comportamentos e ações que cooperem para iguais oportunidades entre os gêneros.

Transversalidade de Gênero - o MOC através do programa de gênero e os demais programas desenvolvem ações que incorporam a equidade nos seus processos de trabalho, sejam eles; Educação contextualizada não sexista, ATER com a dimensão de gênero e valorização das mulheres na agroecologia; Economia Feminista solidária, Comunicação inclusiva e não sexista, para garantia dos direitos em nas dimensões política, social, cultural e econômica. Em 2017 além das formações com os programas a execução da Campanha “Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico” refletiu caminhos para superação da divisão sexual do trabalho doméstico atribuído às mulheres e todas as formas de violação dos direitos. A campanha faz parte das ações desenvolvidas pela Rede Feminismo a Agroecologia (atuação no Nordeste).

Enfrentamento à violência contra as mulheres rurais e periurbanas – Em 2017, além de ter sido marcado por retrocessos políticos sociais, foi também um período com diversos casos de feminicídios nos municípios de atuação do MOC. Foi nesse cenário que o Programa de Gênero estabeleceu sinergias se articulando com organizações diversas para discutir e desenvolver ações de prevenção e enfrentamento a violência contra as mulheres, desde uma campanha ampla, a produção de materiais de comunicação, rodas de conversa, audiências pública. O diálogo e mobilização se deu também com o poder público dos municípios envolvidos, tanto na adesão da campanha, quanto na articulação das redes de enfrentamento a violência, e na articulação e/ou criação e estruturação de conselhos de direitos das mulheres.

O eixo de Assessoria sociopolítica as organizações de mulheres – Uma das estratégias adotadas para superação das desigualdades de gênero e promover autonomia sociopolítica das mulheres e meninas foi a qualificação política principalmente em temáticas que ainda são desafiadoras para as organizações de mulheres e mistas; a intervenção política nos espaços de decisão local e regional. Outro elemento agregador foi a formação política com jovens dos MMTRs e Secretarias de Mulheres dos Sindicatos onde aprofundou de maneira especial a questão de gênero e raça com apoio de professores da UNEB, fomentando a reafirmação étnico racial. Outras temáticas de grande relevância como, a participação das mulheres na agroecologia, divisão justa

do trabalho doméstico, reforma da previdência. Uma abordagem necessária para verdadeiramente construir uma sociedade mais justa.

No campo da Incidência Política – Mudar a vida das pessoas é mexer em questões estruturantes e para isso se faz necessário incidir politicamente para garantia e acesso aos direitos. Foi nessa perspectiva que em 2017 estivemos em espaços estratégicos a também apoiamos a participação das mulheres rurais. Os espaços de incidência são também estratégicos para construir alianças e coletivizar pautas de comum interesse, como; Rede de Enfrentamento a violência contra as mulheres, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Mulheres - CDDM, Comitê de Mulheres do Conselho dos Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe, GT de Mulheres da ANA- Articulação Nacional de Agroecologia, Fórum Estadual de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres do Campo e, Rede Feminismo e Agroecologia.

3. ATIVIDADES REALIZADAS E RESULTADOS ALCANÇADOS – HORA DA COLHEITA!

A caminhada se faz com ações planejadas e articuladas coletivamente, foi nesse viés que realizamos atividades diversas, buscando superar os desafios e construir processos de participação política e acesso aos direitos. No período em que o MOC completa 50 anos, formamos as caravanas e percorremos diversos municípios da região Semiárida, ouvindo história de vidas transformadas e re-significadas através das ações desenvolvidas. Aqui lembramos as atividades realizadas em 2017 e os resultados alcançados a partir de cada eixo estratégico descrito acima.

Eixo 1- Transversalidade de Gênero: as atividades realizadas com os demais programas do MOC; 01 Oficina sobre mulheres e agroecologia com a equipe de ATER; Oficina sobre mulheres e agroecologia com 30 agricultoras; Oficina sobre as relações de gênero e violência com 20 comunicadores/as sociais; Oficina com 20 Jovens e adolescentes sobre relações de gênero e gravidez na adolescência Junto ao programa de Comunicação; Oficinas de lançamento da campanha “Divisão Justa do Trabalho Doméstico” com equipe do PFEES e produtoras do empreendimentos;

Resultados alcançados:

- 01 Campanha de enfrentamento a violência produzida com peças de comunicação (folder, spot, banner, adesivos e faixas) e divulgada nas redes sociais com ampla participação nos municípios de atuação do MOC;

as peças da campanha nas rádios e mídias sociais;

- 25 técnicas/os de ATER sensibilizados sobre a participação das mulheres na agroecologia e utilizando a ferramenta das cadernetas agroecológica nos seus processos de trabalho;

Eixo 2 - Enfrentamento à violência contra as mulheres rurais e periurbanas – buscando instrumentalizar a população de informações e o acesso das mulheres aos equipamentos de atenção, foram realizadas atividades diversas: 10 Rodas de conversa sobre violência e mecanismos de proteção; 02 Audiências públicas territoriais (Sisal e Bacia do Jacuípe) sobre violência e os equipamentos de atenção; 07 Reuniões municipais sobre Redes de enfrentamento a violência com lideranças femininas e profissionais dos organismos públicos; 01 Campanha de Enfrentamento a

violência realizada em três Territórios com os Comitês Territoriais de Mulheres e organizações parceiras;

Resultados alcançados:

- 09 Gestores/as municipais aderem a campanha de enfrentamento a violência contra as mulheres, mediante participação e intervenção das lideranças nos espaços de decisão, incidindo na construção e controle social de políticas públicas;

- Criação e/ou estruturação dos Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres (10 municípios, destes, 06 Conselhos constituídos; 02 com leis aprovadas, 02 em fase de negociação);

- 02 Comitês Territoriais de Mulheres (Sisal e da Bacia do Jacuípe), articulados e fortalecidos politicamente mobilizam e realizam campanhas de enfrentamento a violência contra as mulheres além de outras ações contínuas em torno dos planos territoriais;

Eixo 3- Assessoria sociopolítica as organizações de mulheres – as atividades realizadas foram: 07 Reuniões municipais de planejamento, monitoramento e avaliação com as organizações de mulheres; 02 Oficinas regional sobre o funcionamento dos conselhos da mulher; 02 Oficinas regionais de formação política para jovens lideranças; 48 Visitas de assessoria às organizações de mulheres; 02 Oficinas de formação política para jovens lideranças sobre Divisão Justa do Trabalho Doméstico.

Resultados alcançados:

- 10 municípios com Conselhos de Defesa dos Direitos das Mulheres - CDDM criados, fortalecidos e estruturados. (Destes, 06 foram constituídos; 02 estão com as leis aprovadas e mais 02, em fase de negociação);

- **50 mulheres participando ativamente dos conselhos de direitos e das organizações locais e regionais, tais como: Conselho de Desenvolvimento Social, do Direito das Mulheres; Saúde, Educação, Gt's Territoriais; Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA; Redes de produção e comercialização; Cooperativas, Gestão dos Sindicatos e associações.**

- 02 Comitês Territoriais de Mulheres (Sisal e da Bacia do Jacuípe), articulados e fortalecidos politicamente mobilizam e realizam campanhas de enfrentamento a violência contra as mulheres além de outras ações contínuas de implementação do plano;

Incidência política – Espaços de intervenção e resultados alcançados:

- Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Mulheres – CDDM

- Fórum Estadual de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres do Campo;

- GT de Mulheres da ANA -Articulação Nacional de Agroecologia;

- Comitês Territoriais de Mulheres do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão;

- Fórum Feminismo e Agroecologia (Nordeste).

Resultados:

- Incidência política e intervenção nas pautas de defesa dos direitos das mulheres e igualdade de gênero nas políticas públicas de ATER, segurança, geração de renda;

- 02 Conselhos municipais de defesa dos direitos das mulheres qualificados e atuando integralmente;

4. CONSIDERAÇÃO FINAIS – SEGUIR A CAMINHADA NA RESISTÊNCIA

Resistência e resiliência foram as palavras de “ordem” que nos impulsionaram a seguir a caminhada considerando que a missão do MOC se propõe a estar ao lado dos mais pobres e vulneráveis da nossa sociedade. **O tema da campanha 2017, “O problema também é meu – não á violência contra as mulheres”,** conclama a todos e todas para construção de uma sociedade mais justa, no combate a violação dos direitos humanos, direitos das mulheres e meninas a uma vida sem violência. Por uma sociedade economicamente justa, socialmente inclusiva, culturalmente igualitária é que seguiremos em 2018 repensando novos jeitos de caminhar, considerando também ser um ano de pleito eleitoral.

Os desafios encontrados nos processos de implementação do planejamento foram diversos, alguns já previstos e com estratégias de mitigação dos seus impactos, como: Dificuldade em ampliar o diálogo com os homens sobre a pauta do enfrentamento a violência contra as mulheres; Fragilidade com algumas parcerias locais, principalmente sindicatos e as secretarias de mulheres; Pouca qualificação das redes municipais de enfrentamento a violência e dos conselhos de direitos das mulheres, também a limitação pessoal e financeira da equipe no acompanhamento mais sistemático a estes. Vale destacar que o papel da manutenção dos conselhos e redes é da gestão pública municipal, o que ainda encontramos dificuldade de estabelecer as parcerias necessárias para o suporte. A limitação de editais e/ou recursos público para a promoção da autonomia econômica das mulheres e enfrentamento a violência também são considerados desafios preocupantes diante do cenário político de retiradas de direitos sociais.

Na perspectiva de superar os desafios, foram traçadas estratégias que, inicialmente estabelecem diálogos e acordos com o poder público e com as organizações parceiras/de mulheres para que o papel da garantia dos direitos das mulheres seja assumido devidamente. Outra medida é direcionar mais atividades e recursos para a qualificação dos conselhos e redes, tanto nos novos projetos quanto com as secretarias municipais onde estão alocados os organismos de mulheres; Fortalecer e apoiar a participação das mulheres na política. Dos aprendizados na trajetória de 2017 que serão redirecionados, pode-se destacar o quão é importante e necessário o envolvimento de jovens nas ações de formação e participação política e a necessidade do comprometimento dos homens nos debates e campanhas de enfrentamento a violência contra as mulheres. É um processo iniciado e que pode/deve ser ampliado nas novas estratégias redesenhadas.

Olhar para a história de 50 anos do MOC, vivenciar as caravanas pela região Semiárida, lembrar através dos depoimentos e histórias vividas por várias gerações que por aqui passaram e também deixaram suas marcas é a certeza de que cumprimos e continuamos cumprindo a nossa missão na construção de um Sertão mais justo, mais solidário e equitativo. Certamente não chegamos onde gostaríamos, mas muito já foi feito para que as histórias de injustiça e negação de direitos não sejam mais silenciadas. Parafraseando Eduardo Galeano, **“Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”** Portanto, seguiremos fortes e combativas. É pela vida das mulheres!

ATIVIDADE	QUANTIDADE REALIZADAS	PÚBLICO ENVOLVIDO / BENEFICIÁRIO		
		CARACTERIZAÇÃO	PARTICIPANTE (por atividade)	TOTAL
Reuniões municipais com lideranças femininas e profissionais dos organismos de proteção às mulheres em situação de violência para monitorar a atuação em redes.	07	Lideranças femininas e profissionais dos organismos de proteção às mulheres em situação de violência, Secretária de Assistência Social (CREAS, CRAS, CRM) Secretaria de saúde, Secretária de Agricultura, Secretária de Educação, Delegacia e Ministério Público.	25	175 Participantes
Reuniões municipais de planejamento, monitoramento e avaliação com as organizações de mulheres e parceiros locais.	14	Lideranças das Organizações de mulheres (Sindicatos, MMTR's, Coletivos de Mulheres, Associações comunitárias, Cooperativas e Grupos de Produção).	15	232 Participantes
Oficina regional sobre o funcionamento dos conselhos da mulher e o papel das conselheiras dos CMDDM	02	Conselheiras Municipais do CMDM, gestoras e lideranças de mulheres.	25	53 participantes
Rodas de Conversa com as famílias (envolvendo mais homens adultos e jovens) sobre os mecanismos de prevenção e enfrentamento a violência contra as mulheres;	07	Lideranças, Mulheres, Homens e jovens.	25	177 participantes
Oficina regional sobre relações sociais de gênero, violência e a imagem da mulher na mídia.	02	Lideranças das Secretarias de mulheres dos Sindicatos, Coletivo, Associações e Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR, Levante Popular da Juventude, MONDEC, Coletivo de Jovens, Jovens Comunicadores/as, APLB, rádios post, rádios comunitárias, sites, blogs e assessoria.	30	56 participantes

Audiência pública regional sobre violência contra as mulheres e os mecanismos de proteção;	01	Lideranças do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e Secretarias de Mulheres dos Sindicatos de Trabalhadores/as Rurais (STRs), UNEB, Comunicadoras, Gestoras Públicas, profissionais das Redes Municipais de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres (CRAM, CRAS/CREAS.) homens e jovens das organizações e comunidades de base.	67	67 participantes
Oficinas regionais de formação política para jovens lideranças das organizações de mulheres sobre feminismo e políticas públicas de gênero.	02	Mulheres Jovens lideranças das organizações de mulheres, de Grupos de produção, Jovens da Actionaid, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais MMTR – Regional.	25	52 participantes
Campanha “O Problema também é meu- Não a violência contra as Mulheres” (por município).	12	Mulheres, homens e jovens das áreas de atuação do Projeto da Actionaid, representantes das redes Municipais de enfrentamento a violência contra as mulheres	150	1800 participantes
Visitas de assessoria às organizações de mulheres com vistas o fortalecimento da luta pelos direitos e pelo fim da violência de gênero.	48	Mulheres Liderança das organizações de Mulheres (Sindicatos, MMTR's, Coletivos de Mulheres, Associações comunitárias, Cooperativas e Grupos de Produção)	15	720 Participantes
Encontro territorial com mulheres agricultoras na perspectiva do debate sobre Gênero e Agroecologia.	01	Lideranças das Secretarias de Mulheres dos Sindicatos, Coletivo, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e mulheres representantes de grupos de produção e agricultoras atendidas pela chamada de ATER/BAHIATER	30	30 participantes
Formação com a equipe técnica do Programa de Água Produção de Alimentos e Agroecologia – PAPAA sobre as relações de gênero no meio rural, ATER e Agroecologia.	01	Equipe técnica do PAPAA/MOC e COOPSER	30	30 participantes

Oficina de formação política para jovens lideranças das organizações de mulheres e feministas com foco na Campanha Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico	03	Secretaria de mulheres do Sindicato, Coletivo de mulheres, Associação de mulheres, Mulheres de Grupos de Produção, Estudantes.	40	125 participantes
Encontro de planejamento e monitoramento do MMTR Regional.	03	Mulheres Rurais integrantes do MMTRs municipais.	15	45 participantes
Total				3.562

CONCLUSÃO

Concluimos mais um ano e mais um relatório. Este de agora tem a marca dos nossos 50 anos e da Caravana que fizemos para sua celebração, percorrendo grande parte do território onde atuamos no passado e ainda atuamos até hoje.

Foram atividades as mais variadas, desde carreatas, teatros, encontros até sessões especiais em Camarás de Vereadores, onde o MOC foi homenageado.

Os testemunhos, alguns dos quais exarados neste relatório, foram contundentes e fortes, nos quais variadas pessoas expressavam o significado do MOC em suas vidas.

Houve também Sessão Especial na Assembleia Legislativa e uma atividade final que reuniu mais de mil pessoas na Universidade Estadual de Feira de Santana.

Realizar, podemos dizer, esta peregrinação pelos direitos humanos e por um sertão mais justo, justamente num ano em que. No Brasil, os direitos conquistados estão sendo destruídos um a um, nada mais é que o reafirmar o caminho do MOC nestes cinquenta anos e a continuidade de sua opção de vida e razão de existir: construir direitos.

Celebrando seus 50 anos o MOC se reanima e confirma sua estrada. Caminhar na construção de um sertão justo.

Assim, as ações que aqui relatamos integram e fazem parte destes 50 anos e da luta por um sertão justo.

Nesta oportunidade queremos agradecer a todos e todas, agricultores/as, professores/as, lideranças, homens, mulheres, jovens, organizações as mais variadas, assim como aqueles e aquelas que, pelo mundo afora acreditaram em nosso trabalho e o apoiaram, estando ao nosso lado.

Olhando o caminho trilhado e as modificações ocorridas nas vidas das pessoas e grupos, segundo seus próprios testemunhos, afirmamos que valeram os esforços.

Muito obrigado a todos e todas.

O sertão precisa muito de nós. Continuemos de mãos dadas e firmes no caminhar.